



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO - PONTO FOCAL UFT**

EDELVAR VICENTE RIPPEL

**ELABORAÇÃO DE UM GUIA SIMPLIFICADO DO PNAE: UM ESTUDO NA
REGIÃO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palmas-TO
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO - PONTO FOCAL UFT**

EDELVAR VICENTE RIPPEL

**ELABORAÇÃO DE UM GUIA SIMPLIFICADO DO PNAE: UM ESTUDO NA
REGIÃO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) – Ponto Focal Universidade Federal do Tocantins.

Orientador: Dr^a. Marli Terezinha Vieira

Palmas-TO
2021

Dados da Catalogação *Anglo-American Cataloguing Rules* – AACR2

R593e

Rippel, Edelvar Vicente

Elaboração de um guia simplificado do PNAE: um estudo na região norte do estado do Tocantins [recurso eletrônico]. / Edelvar Vicente Rippel. Palmas, TO: [S.n], 2021.
78 f.; il. Color.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Curso do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (Profnit), Palmas, TO, 2021.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marli Terezinha Vieira.

1. Agricultura Familiar. 2. Merenda Escolar. 3. PNAE. I. Título.

CDD 338.198117

CDU 631.115.11 (811.7)

Ficha Catalográfica elaborada por *Marcelo Neves Diniz* - CRB 2/1533.

Resolução CFB nº 184, de 29 de setembro de 2017.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EDELVAR VICENTE RIPPEL

**ELABORAÇÃO DE UM GUIA SIMPLIFICADO DO PNAE: UM ESTUDO NA
REGIÃO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS**

Banca Examinadora:

Dra. Marli Terezinha Vieira – PROFNIT/UFT (Presidente)

Dra. Fernanda Salvador Alves – PROFNIT/UFPR (Membro Titular)

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior - PROFNIT/UFT (Membro Titular)

Dr. Ary Henrique Morais de Oliveira - PROFNIT/UFT (Membro Titular)

Palmas-TO
2021

Não digas que o solo é árido,
que não chove frequentemente,
que o sol queima ou que a semente não presta.
Não é tua função julgar a terra e o tempo.
Tua função é semear,
a semente é abundante.

Jibran Khalil Gibran

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar forças nesta caminhada vitoriosa;

A meus pais, Darcela e Mathias Rippel;

À minha família por entender muitas vezes a minha ausência;

À minha orientadora que soube conduzir a orientação com muita maestria;

À Liliane Moraes por me dar suporte na elaboração do manual do PNAE;

À todos os professores do PROFNIT que repassaram seus conhecimentos;

Aos colegas do mestrado.

RESUMO

A agricultura familiar possui uma grande importância no cenário mundial como sendo uma alternativa para sanar a fome no mundo, empregabilidade e geração de renda aos envolvidos. Assim, foram pesquisadas políticas públicas que agem de maneira a utilizar produtos da agricultura familiar mobilizados para a merenda escolar, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Desta forma, o trabalho tem como objetivo compreender pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades junto aos agricultores familiares da região norte do Estado do Tocantins, como forma de auxiliar a elaboração de um manual simplificado para tornar o agricultor apto para vender seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. A metodologia utilizada será de natureza aplicada, com abordagem descritiva para entender a percepção dos agricultores sobre o PAA. Para isso, foi utilizado como procedimento técnico uma pesquisa bibliográfica, para o levantamento dos dados por meio da ferramenta PDCA e análise *SWOT*. Assim, a partir das informações sobre os problemas levantados, propõe-se uma solução através do manual de fácil entendimento para a adequação dos agricultores conquistarem a declaração de aptidão ao programa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. PAA. PNAE. Merenda Escolar.

ABSTRACT

Family farming has a great importance in the world scenario as an alternative to solve hunger in the world, employability and income generation for those involved. Thus, it will be researched on public policies that act in order to use family farming products used for school meals, such as the Food Acquisition Program - PAA. Thus, the work aims to understand strengths, weaknesses, threats and opportunities, with family farmers in the northern region of the State of Tocantins, as a way to assist in the development of a simplified manual to make the farmer able to sell their products to the National School Feeding Program - PNAE. The methodology used will be of an applied nature, with a descriptive approach to understand the perception of farmers about the PAA. For this, a bibliographic research will be used as a technical procedure, for data collection using the PDCA tool and SWOT analysis. Thus, it is intended to have information about the problems raised and propose a solution through the easy-to-understand manual for the adequacy of farmers to achieve the declaration of aptitude for the program.

Keywords: Family farming. PAA. PNAE. School lunch.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor	28
Figura 1 – Ciclo PDCA	39
Figura 2 – Modelo de Matriz <i>SWOT</i>	40
Quadro 1 – Metodologia da pesquisa	45
Figura 3 – Carta imagem 2014 do município de Araguaína	47
Figura 4 – Mapa do Assentamento Rio Preto Primeira etapa	48
Gráfico 2 – Tamanho das propriedades	51
Gráfico 3 – Portadores da DAP	53
Gráfico 4 – Possui PRONAF para capitalização da propriedade	54
Gráfico 5 – Paga juros de algum empréstimo	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise FOFA	41
Tabela 2 – Assentamentos de Araguaína	42
Tabela 3 – Ciclo PDCA Aplicado aos produtores	44
Tabela 4 – Escolaridade dos assentados	50
Tabela 5 – Análise <i>SWOT</i> do Assentamento Rio Preto	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE – Conselhos de Alimentação Escolar
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CGU – Controladoria Geral da União
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento Conab
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EEX – Entidade Executora
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GGPAA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
HGFS – Home-Growth School Feeding
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa de São Paulo
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
P.A. – Projetos de Assentamento
P4P – Compras para el Progreso
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS – Produção Agroecológica Integrada E Sustentável
PDCA – *Plan; Do; Check; Action*
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PROFNIT – Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a inovação
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SEAGRO – Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

SIM – Serviço de Inspeção Municipal

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	17
1	INTRODUÇÃO	19
2	REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1	Agricultura Familiar	23
2.1.1	Conceitos e possibilidades	23
2.1.2	Cenário atual da agricultura familiar no Brasil	26
2.1.3	Programas governamentais da agricultura familiar que incentivam o Desenvolvimento Regional	28
2.2	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	36
2.2.1	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	33
2.3	Inovação, Invenção e Inovação Social	30
3	FERRAMENTA PDCA E ANÁLISE SWOT	38
4	METODOLOGIA	42
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
5.1	Características do Estado do Tocantins	46
5.1.1	Características da Cidade de Araguaína	46
5.1.2	Métodos e Procedimentos da Pesquisa	49
5.1.3	Dados da Pesquisa	49
5.1.4	Informações sobre o manual	62
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	67
	Apêndice A Entrevista com produtor	74
	Apêndice B CANVAS	76
	Apêndice C Matriz de SWOT	77
	Apêndice D Manual DAP	78

APRESENTAÇÃO

Aderência ao programa PROFNIT

O presente estudo segue adequação e pressupostos do Programa de Mestrado Profissional PROFNIT, fundamentado no método científico, conforme tópicos descritos neste sumário:

Por meio da revisão da literatura, bem como do mapeamento de pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades, com base nos preceitos básicos encontrados na matriz SWOT, será desenvolvida uma proposta de uma metodologia alinhada ao PDCA (Planejar, Executar, Verificar e Agir). Isso, por sua vez, tinha a finalidade de ressaltar possíveis pontos fortes e encontrar solução para minimizar pontos fracos na venda de produtos da agricultura familiar para as escolas municipais, de modo a possibilitar que os agricultores familiares estivessem aptos à venda de seus produtos.

Desta forma, pode-se alinhar aos pressupostos de produção, difusão e aplicação do conhecimento relacionado com Inovação Tecnológica, constantes do regimento do programa PROFNIT.

Impacto

Por se tratar de um manual que visa atender a um programa nacional, este trabalho tratou o impacto com o propósito de apresentar alternativa para os gestores públicos de Estados e prefeituras de toda a federação por meio de um manual orientador de forma a facilitar os produtores a realizarem o cadastro na plataforma da prefeitura para o fornecimento de alimentos para as escolas. Com as palestras orientadoras e o manual contendo o passo a passo, os produtores poderão reunir os documentos necessários e assim estarem aptos para efetuar a venda de seus produtos junto às entidades públicas. Desta forma, os problemas locais da agricultura familiar, como, por exemplo, o analfabetismo, o qual existe neste setor em âmbito nacional, o estudo será usado como comparativo e poderá servir como base para a agricultura familiar.

Aplicabilidade

Quanto à aplicabilidade, a abrangência inicial foi em relação aos produtores da região norte, no município de Araguaína e cidades circunvizinhas do estado do Tocantins. No entanto, o modelo poderá abranger todas as regiões do Brasil, tendo em vista a Lei Federal nº

10.696/2003 de fornecimento de alimento nas escolas. O presente trabalho fundamenta-se em normativa aplicável ao serviço público e demanda adequação ao processo como forma de simplificar a compreensão dos usuários, de modo a permitir replicabilidade do trabalho em abrangência nacional.

Inovação

O produto aqui proposto pretende-se inovador devido a intentar uma melhor compreensão da legislação que trata sobre a venda de produtos provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar. O manual simplificado para tornar o agricultor apto para vender seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE foi uma inovação para os agricultores, pois terão em seu poder o passo a passo para seguirem, bem como saberão da documentação necessária para venderem seus produtos. Em decorrência disso, será possível otimizar o tempo de trabalho dos produtores, ao passo que serão evitadas visitas improdutivas aos órgãos públicos. Com isso, caracteriza-se o ineditismo de procedimento organizacional, que poderá ser replicado a todo o estado do Tocantins, bem como ao Brasil.

Complexidade

O produto tecnológico aqui proposto possui média complexidade, pelo que é resultado de conhecimentos pré-estabelecidos na legislação, bem como em outras fontes estudadas, tais como artigos nacionais, internacionais e livros, cases de sucesso de outras regiões do Brasil. Em complemento à literatura, a investigação terá a participação de diversos atores, tais como gestores públicos e agricultores familiares para a aplicação da inovação tecnológica proposta.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é, essencialmente, agrícola e a predominância é a agricultura familiar, aquela que cita as pequenas propriedades com agricultores de menor expressão de crédito bancário. De acordo com o artigo 3º da Lei 11.326/06, “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural”. (BRASIL, 2006). Para isso, atendeu a alguns requisitos que serão detalhados neste trabalho. Essa agricultura familiar consegue fazer um desenvolvimento regional e o sustento das famílias, além de destinar o excedente dos produtos à venda nas feiras das cidades para fazer um pequeno capital.

Sobre a importância do desenvolvimento regional que a agricultura familiar participa, a OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, define como sendo um esforço geral para melhorar os padrões de vida em todos os tipos de região (OCDE, 2021).

Para que haja esse desenvolvimento, existem políticas ligadas à alimentação escolar em conjunto com a agricultura familiar. Todavia, isso não é exclusividade do Brasil. Como exemplo, citamos países como El Salvador onde é destinado 12% dos gastos públicos para aquisição de alimentos de micro, pequenas e médias empresas. Honduras, por sua vez, o percentual que a legislação estabelece é de 30%. Paraguai e Uruguai também possuem políticas voltadas à alimentação escolar. Nos países citados, os programas têm o foco no desenvolvimento e fortalecimento de programas para auxiliar os pequenos produtores (PAGANINI, 2015, p. 41).

Na União Europeia, a política do desenvolvimento rural foi reformulada para o período de 2014-2020 com o objetivo voltado na competitividade, gestão sustentável de recursos naturais e no desenvolvimento de áreas rurais (SPAGNOLI; MUNDULA, 2017, p. 18). Na Índia, a agricultura familiar é responsável pela metade da produção agrícola daquele país, destaque para as pequenas propriedades que, muitas vezes, possuem maior produtividade se comparado com as grandes propriedades do mesmo país. Assim, a contribuição para a segurança alimentar da Índia vem sendo sustentada pela agricultura familiar (SHUKLA *et al.*, 2020, p. 461).

No estado do Tocantins, a agricultura familiar está disposta em mais de 500 assentamentos e conta com número superior a 40 mil famílias com um tamanho médio das propriedades de 18 hectares. Entretanto, essas propriedades são responsáveis por 40% do valor bruto da produção agropecuária do estado (TOCANTINS, 2021).

A cidade de Araguaína, que é o foco do presente trabalho, conta com 213 agricultores familiares cadastrados para a venda de seus produtos para a merenda escolar, distribuídos em 14 projetos de assentamentos, abrangendo outros municípios (ARAGUAÍNA, 2020, p. 8 e 9).

Para aumentar o poderio da agricultura familiar no Brasil, existem políticas públicas focadas para o setor como o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que amparado pela Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados ao fundo para alimentação escolar de produtos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2013).

Sobre a importância da participação do setor público, por intermédio de políticas voltadas para o setor, temos Schmitz e Mota (2006, p. 910), os quais citam que “a prosperidade da agricultura familiar está intimamente relacionada ao domínio de novas tecnologias, à educação, gestão e à competitividade da qual depende muito dos órgãos públicos”, como já está acontecendo com o FNDE e Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A gestão da diversificação deve atender ao mercado consumidor e suas exigências, porém depara-se com a falta de uma diversificação de produtos dos agricultores familiares (SCHMITZ; MOTA, 2006, p. 910).

Como justificativa deste estudo, temos a moderna agricultura, incluindo a familiar, que superou os limites físicos da propriedade, ao estar fortemente relacionada ao mercado consumidor. Hoje, “há diferentes agentes no processo produtivo, inclusive o agricultor, em uma permanente negociação de quantidades e preços”. (NAVARRO, 2001, p. 93).

No sentido da negociação de sua produção, o agricultor familiar precisa contar com o maior número de compradores da sua produção. Da mesma forma que acontece com o agronegócio, a agricultura familiar conta com um número de compradores da sua produção muito limitada. Seus produtos não se diferenciam dos demais ofertados (ZYLBERSZTAJN; NEVES; CALEMAN, 2015). Assim, a prefeitura que é uma compradora dos produtos para a merenda escolar, conta com um número cadastrado de agricultores familiares muito pequeno como fontes de fornecimento (ARAGUAÍNA, 2020, p. 8 - 9).

Conforme Castro (2007), a cadeia do agronegócio estará cada vez mais ampla e, conseqüentemente, competitiva. O maior desafio enfrentado pelos produtores não está somente na hora do plantio e colheita, na aplicação de defensivos ou na correção do solo, e sim nas etapas as quais contribuem para que determinada produção chegue a seu destino final: o mercado consumidor.

O presente estudo analisa propriedades familiares, de modo a verificar o potencial destas para um fornecimento regular e contínuo da produção agrícola para os órgãos públicos da cidade de Araguaína e região.

Dentre as fases da Pesquisa proposta por Lakatos e Marconi (2003, p. 44), a escolha do tema é a primeira fase de um total de oito e propõe que é “o assunto que se deseja provar ou desenvolver; é uma dificuldade, ainda sem solução, que é mister determinar com precisão, para intentar, em seguida, seu exame, avaliação crítica e solução”. Desta forma, é necessário estabelecer uma delimitação do assunto para orientação da pesquisa e ter uma aplicação coerente do método científico para a busca da solução do estudo proposto.

Nesse sentido, a Lei nº 10.696/2003, em seu artigo 19, o qual se implantou o Programa de Aquisição de Alimentos, evidencia o incentivo da agricultura familiar quando menciona sobre a compra dos alimentos para a merenda escolar e “para pessoas em situação de insegurança alimentar”. (BRASIL, 2003 [s.p]).

Para tanto, o presente trabalho é delimitado dentro da perspectiva de mapeamento de pontos significativos junto aos agricultores familiares que possam auxiliar a venda da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Assim, objetiva a melhoria dos procedimentos para venda dos produtos, por meio de palestras orientadoras e confecção de manual técnico orientador para a comunidade pesquisada e para outras que venham a se interessar pelo assunto.

A pesquisa encontra-se delimitada nas Ciências Sociais Aplicadas a partir da área de Administração /Empreendedorismo Social.

Para definir o problema, usamos a definição que Gil (2008, p. 33) nos traz: “Na acepção científica, problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. Neste seguimento, pergunta-se: qual é o motivo para termos essa baixa adesão dos agricultores familiares adequados para a venda de seus produtos para o PAA na cidade de Araguaína?

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, junto aos agricultores familiares da região norte do estado do Tocantins, como forma de auxiliar a venda de produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Como objetivos específicos, citamos:

- Analisar o sistema atual, da cadeia produtiva e venda da agricultura familiar, mapeando pontos significativos;

- Aplicar ferramentas da administração para analisar um assentamento da agricultura familiar no norte do estado do Tocantins;

- Desenvolver um manual orientador para os agricultores familiares para que possam utilizar a cadeia produtiva da Agricultura familiar de forma sustentável no município de Araguaína, no norte do estado do Tocantins, que auxilie na venda de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Dividimos nossa dissertação em oito capítulos. No capítulo I, introduzimos a temática abordada nesta dissertação, de modo a destacar questões sobre a agricultura familiar, para, então, explicitar o problema e a justificativa da pesquisa, os objetivos e as perguntas de pesquisa que impulsionaram o estudo aqui desenvolvido.

O Capítulo 2 consiste em uma revisão teórica, a qual deu embasamento ao que se propõe analisar. Os conceitos sobre agricultura familiar, o cenário atual no Brasil e em alguns outros países, foram abordados. Ainda sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também é comentado sobre inovação e inovação social.

O capítulo 3 é composto pelas ferramentas PDCA e Análise SWOT, que visam a melhoria contínua dos processos de uma organização, explicando a ferramenta SWOT a qual foi aplicada no trabalho.

O capítulo 4 traz a metodologia aplicada neste trabalho com informações sobre os assentamentos e explicações sobre a ferramenta PDCA.

O capítulo 5 é um embasamento teórico, o qual dá suporte a este trabalho, com informações sobre o estado do Tocantins e da cidade de Araguaína, em que o estudo foi aplicado. Apresenta-se, também, o resultado da aplicação das ferramentas de análise diretamente ao assentamento comentando o resultado do questionário e apontando os pontos importantes da realidade do objeto de estudo.

Encerramos esta dissertação de mestrado fazendo algumas considerações finais e incluindo as referências bibliográficas aqui utilizadas, bem como os anexos relevantes ao trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, foram trabalhados alguns assuntos que dão suporte para o desenvolvimento da temática da agricultura familiar. Além disso, serão citados os programas aos quais este projeto se refere, como possível ajuda aos produtores conseguirem efetuar a venda de seus produtos para a merenda escolar.

2.1 Agricultura Familiar

Nesta seção, abordaremos temas relacionados ao cenário da agricultura familiar e a sua relevância para o desenvolvimento regional. Será dissertado também os programas relacionados à merenda escolar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao PNAE.

2.1.1 Conceitos e possibilidades

A definição da maior organização mundial que lidera esforços para erradicar a fome no mundo, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO, define a agricultura familiar como:

a agricultura familiar é “um meio de organizar a produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que é administrada e operada por uma família e que depende predominantemente do capital e do trabalho da família, incluindo mulheres e homens. A família e a fazenda estão ligadas, coevoluem e combinam funções econômicas, ambientais, sociais e culturais. (FAO, 2021, [s.p] tradução nossa).

A agricultura sempre esteve no seio da origem de todas as sociedades e, no decorrer do tempo, com sua modernização, se dividiu em dois tipos de agricultura: uma altamente mecanizada, voltada para o mercado externo, e uma segunda, a qual é mais voltada à diversificação dos produtos, que é a agricultura familiar (LIMA; SILVA; IWATA, 2019, p. 57).

Nesse sentido, uma agricultura familiar, quando é atuante em uma região, ajuda no sucesso econômico e financeiro nestas comunidades, além de haver uma conexão melhor com o meio ambiente. Com a demanda de alimentos crescente no mundo devido ao aumento populacional e incremento da renda *per capita* em vários países, são motivos para levantar um debate sobre incentivos para manter os agricultores familiares no campo (OLIVEIRA; VIEIRA FILHO, 2019 p. 7).

A presença da agricultura familiar nos Estados Unidos, por meio das fazendas consideradas pequenas, é muito representativa, chegando a 90% de todo o conjunto. Na União

Europeia, nos 28 países membros, no período de 2005 e 2013, houve uma redução de 26,2%, porém a área manteve-se a mesma, ou seja, houve um aumento da área por família (OLIVEIRA; VIEIRA FILHO, 2019).

Ao mostrar a tendência de crescimento e a importância da agricultura familiar no Brasil, em uma comparação dos censos de 1996 e 2017 mostram que houve aumento deste setor, passando de 85,17% em 1996 para 91,42% em 2017. A participação relativa na área controlada por esse setor, que em 1996 era de 30,48% e passou para 33,49% em 2017, de maneira a mostrar um crescimento de mais de 3% neste período (VIEIRA FILHO; GASQUES, 2020).

Entretanto, para se enquadrar como agricultor familiar no Brasil, de acordo com a Lei nº 11.326 de julho de 2006, agricultor familiar é aquele que possui a maior parte de sua renda oriunda de atividades agropecuárias, e cuja mão-de-obra seja da própria família; a área deve ser menor que 4 módulos fiscais e, assim, deve ter a maior parte da renda proveniente da agricultura (BRASIL, 2020). Um módulo fiscal corresponde ao tamanho da propriedade, que conforme a Lei nº 13.465 de 2017, esse tamanho varia de acordo com o município. Na cidade de Araguaína, cada módulo corresponde a 80 hectares (BRASIL, 2021).

Para atender a esse setor de grande importância, a agricultura familiar conta com financiamentos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem por objetivo incentivar a renda e melhorar a mão de obra familiar por meio de financiamentos de atividades e serviços com juros reduzidos. Ademais, tal programa tem potencial de estudo para se investigar sobre o conhecimento que o agricultor familiar possui sobre ele (BRASIL, 2015).

Para o Plano Safra 2019/2020 da agricultura familiar, esse recebeu um valor para investimento recorde de R\$ 31,22 bilhões. “Pela primeira vez, o Tesouro Nacional alocou mais recursos para subvenção do programa em relação aos demais, somando R\$ 4,975 bilhões”. (BRASIL, 2020, [s.p]).

O financiamento do PRONAF só está disponível para quem é portador da DAP. Porém mesmo nesse estrato de agricultores, como nos mostra Monteiro, Jacoski, Poli (2020 p. 133) há uma falta de adesão ao programa devido ao medo de se envolver em dívidas ou mesmo por não haver a necessidade para investir na propriedade. (MONTEIRO; JACOSKI; POLI, 2020).

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), este recurso é destinado para produção de alimentos básicos como “arroz, feijão, mandioca, trigo, leite, frutas e hortaliças e para investimento na recuperação de áreas degradadas, cultivo protegido, armazenagem, tanques de resfriamento de leite e energia renovável”. (BRASIL, 2020, [s.p]).

Segundo o MAPA, há ainda um recurso destinado para a produção de alimentos e é destinado um valor de R\$ 500 milhões para financiamento de construção e reforma de casas rurais dos produtores (BRASIL, 2020).

Ao reforçar a importância da agricultura familiar, em um relatório publicado da Organização das Nações Unidas (ONU) consta que a “agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável”. (BRASIL, 2015, [s.p]).

Sobre a vertente da agropecuária, Araújo (2013) comenta que, para haver a produção nesse ramo e esses produtos cheguem ao consumidor, tem-se um complexo de atividades sociais, agronômicas, econômicas, administrativas, mercadológicas, logísticas, entre outras. Assim, a produção agropecuária deixou de ser tratada somente sob o aspecto técnico, lugar comum à ciência agrônoma, passando a ocupar um contexto mais complexo e abrangente do agronegócio, envolvendo outros segmentos como o da gestão. Isso, por sua vez, reforça que a agricultura familiar não pode deixar a gestão em segundo plano (ARAÚJO, 2013).

Para sanar muitos problemas dos pequenos produtores, Lakatos (1997) sugere a mobilização destes e isso pode se dar por meio de cooperação, pois quando surge a desigualdade dos indivíduos, ou de grupos sociais, na participação da produção, distribuição das riquezas e dos bens materiais produzidos, a história do homem passa a ser marcada por constantes lutas sociais. Igualmente, outros fatores marcaram os movimentos sociais no sentido de alterar a situação de desigualdade entre os componentes de determinada sociedade, quais sejam, a cooperação e a ajuda mútua (LAKATOS, 1997).

Há projetos sociais que têm ajudado os pequenos produtores e as famílias de baixa renda, como do projeto “Campo e Favela”, criado por professores em conjunto com alunos do Instituto de Ensino e Pesquisa de São Paulo – INSPER, onde angariam dinheiro pela internet e assim compram produtos de pequenos produtores e distribuem para regiões pobres (GLOBO RURAL, 2020).

No Brasil, há próximo de 13,6 milhões de pessoas morando em comunidades e, com a pandemia do covid-19, houve um impacto em 7 de cada 10 habitantes das periferias. Este projeto, até a data da reportagem, conseguiu arrecadar R\$ 1,3 milhões e comprou 288 toneladas de alimentos de 250 famílias de agricultores. Além disso, beneficiou 23 mil famílias de baixa renda. O projeto usa associações como a G10 Favelas (Grupo das dez maiores favelas) para fazer “a ponte entre o agricultor familiar e os pequenos comércios das favelas” (GLOBO RURAL, 2020, s/p).

De acordo com Navarro (2001), o desenvolvimento rural depende, como já está acontecendo, de ações governamentais para assegurar um futuro mais razoável para esse setor. Existe uma escassa tradição de um associativismo para esse setor, deixando, assim, sua centralidade exclusivamente local. O autor ainda comenta sobre a descentralização, transferindo para os municípios a responsabilidade e a criação de Organizações Não Governamentais (ONG) que promovem o desenvolvimento local, por estarem mais próximas destes municípios (NAVARRO 2001).

2.1.2 Cenário atual da agricultura familiar no Brasil

De acordo com Sebrae (2016, [s.p]), a agricultura familiar “é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira”, abrange várias culturas e territórios como: famílias assentadas por programas de reforma agrária, famílias de Pescadores Artesanais, famílias de Quilombolas, famílias Indígenas, famílias de Seringueiros, Ribeirinhos, Extrativistas e Atingidos por barragens.

Conforme o censo agropecuário de 2017, a agricultura familiar compreende em torno de 77% dos estabelecimentos agropecuários em uma área próxima de 80,9 milhões de hectares. Nesta área, segundo o levantamento, a empregabilidade é de mais de 10 milhões de pessoas que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Nestes estabelecimentos, o percentual da produção ficou em torno de 23% (IBGE, 2017). Todavia, um dado preocupante deste último censo é o encolhimento do número de pessoas no campo se comparado com o censo de 2006, pois houve uma queda de 2,166 milhões de pessoas (BRASIL, 2020).

Dentre os alimentos mais produzidos pela agricultura familiar, estão a mandioca, com aproximadamente 87% da produção nacional, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite consumido, mais de 50% das carnes de aves e suínos provém deste setor. Vale ressaltar ainda, de acordo com a ONU, que a agricultura familiar preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta (BRASIL, 2015).

A agricultura familiar também pode conseguir sucesso por meio da tecnologia social como o Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que é um programa incentivado por instituições como a Fundação Banco do Brasil, SEBRAE e Ministério da Integração Nacional, que está em mais de 19 estados. São atendidas por esta Tecnologia Social mais de 7.000 famílias (PAIS, 2009).

O modelo apresenta aos agricultores familiares ao desenvolvimento sustentável, de maneira a incentivar a agricultura orgânica, diminuir a dependência de insumos externos da propriedade, incitar para a diversificação da produção e evitar desperdício de água, energia e tempo do agricultor. Este programa é um modelo simples de produção de verduras integrada com criação de animais em um sistema de mandala, onde os canteiros são em forma de círculos e no centro tem um galinheiro, em que as galinhas são alimentadas com as folhas das verduras, as quais não possuem valor comercial (PAIS, 2009).

Para a agricultura familiar existe ainda o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que tem por finalidade promover a compra de alimentos de agricultores familiares, diretamente ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, “destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais” (BRASIL, 2012).

Um dos principais programas que ajudam a Agricultura Familiar a se desenvolver, de acordo com relatório da ONU é o programa FOME ZERO, que reduziu em 73% a desnutrição infantil no país e da inclusão do direito à alimentação na Constituição (VERDÉLIO, 2018).

No último Censo Agropecuário de 2017, se encontra as informações sobre o Tocantins, as quais são: possui uma área de 15,2 milhões de hectares, 63,8 mil estabelecimentos agropecuários e 204 mil pessoas que ocupam esta atividade. Em lavoura temporária e permanente, são produzidos 2 milhões de toneladas de soja em grão nos 1.086 estabelecimentos. A cultura da cana é produzida em 1,6 mil estabelecimentos com um rendimento de 2,4 milhões de toneladas. A produção de banana é de 18 mil toneladas em 1,5 mil estabelecimentos. Na pecuária o efetivo de bovinos é de 6,5 milhões e a produção de leite de vaca é de 236,5 milhões de litros. A avicultura no estado é de 7,1 milhões de cabeças com uma produção de ovos de 22 milhões de dúzias (IBGE, 2017).

De acordo com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do estado do Tocantins, a agricultura familiar possui aproximadamente 42 mil famílias, que estão distribuídas em 540 assentamentos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (SEAGRO), essas famílias são responsáveis por contribuir em torno de 40% do valor bruto da produção agropecuária (TOCANTINS, 2021).

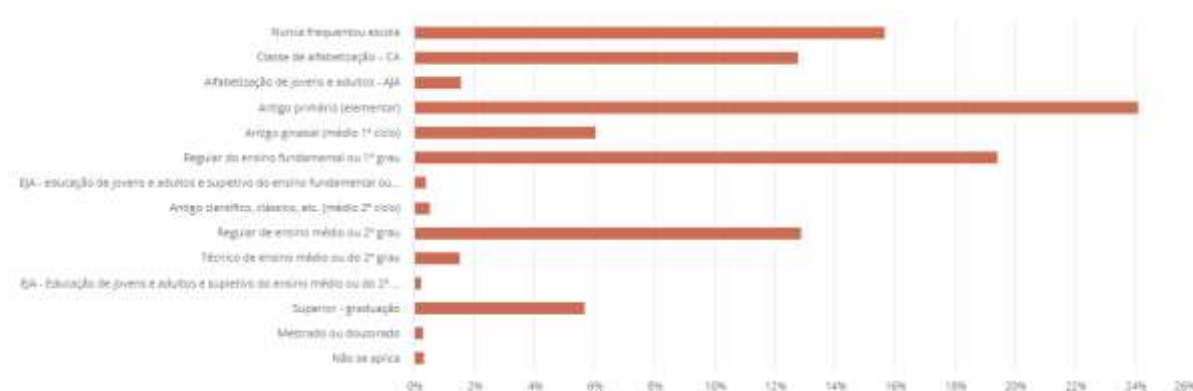
O tamanho médio das propriedades é de 18 hectares por lote familiar, “que são responsáveis por 70% dos alimentos consumidos”. Os principais alimentos produzidos são farinha de mandioca, arroz, leite, frutas, frangos, suínos, bovinos e frutas (TOCANTINS, 2021).

A prefeitura de Araguaína conta com 213 produtores da agricultura familiar cadastrados e estão distribuídos em 14 projetos de assentamentos no município e áreas circunvizinhas (ARAGUAÍNA, 2020).

Todavia, em se tratando de produção dos agricultores familiares, temos alguns entraves, como citado por Barbosa (1978, p. 57), em que “o baixo nível de escolaridade parece constituir-se em importante restrição, tanto à habilidade quanto ao desejo de migrar e/ou mudar de ocupação para obter maiores níveis de renda”.

Neste sentido, busca-se dados do último censo agropecuário de 2017 e percebe-se o problema da escolaridade ainda persiste na agricultura familiar.

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor



Fonte: IBGE (2017)

De acordo com o Gráfico 1, observa-se que aproximadamente 16% dos produtores nunca frequentaram a escola. Outra informação com impacto significativo são os que se referem ao ensino do Antigo Primário, onde o percentual é de 24% destes mesmos produtores. Em números, o censo mostra que só nessas duas classes, são quase dois milhões de empreendimentos rurais.

2.1.3 Programas governamentais da agricultura familiar que incrementam o Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento regional é definido pela OCDE “como um esforço geral para melhorar o bem-estar e os padrões de vida em todos os tipos de região, desde cidades a áreas rurais, e melhorar sua contribuição para o desempenho nacional e sociedades mais inclusivas e resilientes” (OCDE, 2021, p. 2, tradução nossa).

A entidade vai além ao relatar o problema das disparidades que existem no mundo, entre os países ou mesmo dentro do próprio país. Comenta sobre a importância das políticas locais que visam apoiar economicamente essas regiões. Chama a atenção ainda sobre a ineficácia dos subsídios, os quais não conseguem recuperar o desenvolvimento regional, pois as políticas precisam se adaptar à região, criar estratégias de investimento e atratividade para o local (OCDE, 2021, tradução nossa).

No Brasil, há o Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. O art. 1º traz como finalidade de redução das desigualdades econômicas e sociais, ao criar oportunidades de desenvolvimento para obter crescimento econômico, gerando, por sua vez, renda e melhoria da qualidade de vida da população. Neste mesmo artigo, o Parágrafo único prega que: “A PNDR tem seu fundamento na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio da qual programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento”. (BRASIL, 2019).

A seguir, serão destacados programas governamentais, os quais ajudam no desenvolvimento regional local:

Na América Central, existe um programa piloto do Programa Mundial de Alimentos (PMA) chamado “Compras para el Progreso”, cuja a sigla em inglês é P4P, o qual está atuando em 21 países, sendo 4 na América Central. A função do programa é analisar como a organização pode adaptar os sistemas de compra locais para maximizar o impacto no desenvolvimento dos pequenos agricultores e beneficiar as famílias (ANDINO, 2015, p. 48-49).

Em alguns países da América Central como, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua, o programa tem o foco no desenvolvimento de capacidades para fortalecer habilidades comerciais dos agricultores, uso de fundos de créditos e participação em rodas de negócio para fazer a conexão dos agricultores com o setor privado (ANDINO, 2015, p. 48-49).

Estes programas são estratégias usadas em vários países pelo mundo, os quais promovem a ligação do setor público destinados a programas de alimentação escolar. Também é conhecida como Home-Growth School Feeding (HGSF) ou Alimentação escolar de crescimento doméstico (OTSUKI, 2011 *apud* CERVANTES-ZAPANA *et al.*, 2020 p. 1).

Na União Europeia, a política de desenvolvimento rural para o período 2014-2020 foi reformulada. Uma das mudanças ocorreu nos objetivos, tendo como foco a competitividade, gestão sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento equilibrado das áreas rurais. Essas estratégias atendem a nível da União Europeia. Outro objetivo é que, para cada estado

participante, são os Acordos de Parcerias para desenvolver políticas de desenvolvimento rural (SPAGNOLI; MUNDULA, 2017, p. 18).

Na Índia, os agricultores familiares são encarregados pelo cultivo em 44% das terras e responsáveis por mais de 50% da produção agrícola, tendo, muitas vezes, produtividade maior que grandes fazendas, de maneira a promover a segurança alimentar no país. Além disso, parcela de pequenos agricultores vem aumentando. De acordo com os dados mais recentes, (2005 e 2006), a participação destes agricultores era de 83%. (CHAND *et al.*, 2011 apud SHUKLA *et al.*, 2020, p. 461).

Neste contexto, a propriedade que era em média de 2,3 hectares nos anos de 1970, reduziu-se para 1,33 hectares no ano de 2001. Desta forma, a agricultura familiar na Índia possui características para contribuir para a segurança alimentar e desenvolvimento econômico no país (SHUKLA, 2020, p. 461).

Para o desenvolvimento sustentável, a ONU (Organização das Nações Unidas), elaborou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são ações para acabar com a pobreza no mundo. Possui como objetivo também proteger o meio ambiente e o clima e garantir que todas as pessoas possam gozar de prosperidade no mundo. Para atingir as metas da Agenda 2030 no Brasil, foi elaborado 17 diretrizes que visam a melhoria para as pessoas. (ONU, c2021). Este trabalho se enquadra nas seguintes diretrizes:

- Diretriz 2 **Fome zero e agricultura sustentável** - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Esta diretriz visa garantir alimento para pessoas em situação vulnerável; dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos da agricultura familiar;
- Diretriz 10 - **Redução das desigualdades** - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países. Aumentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre; promover a inclusão social, econômica e política de todos;
- Diretriz 17 - **Parcerias e meios de implementação** - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. No âmbito das parcerias multissetoriais, fazendo parcerias que mobilizem e compartilhem conhecimento e expertise entre as universidades para apoiar o desenvolvimento regional. (ONU, c2021)

Assim sendo, a seguir será abordado sobre o programa que faz a ligação entre a agricultura familiar e pessoas que estão em situação de insegurança alimentar no Brasil.

2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - foi criado pelo artigo 19 da lei nº 10.696, no ano de 2003, com duas finalidades: “promover o acesso à alimentação e também incentivar a agricultura familiar”. Para atingir esses objetivos, o programa efetua a compra dos produtos gerados pela agricultura familiar sendo a licitação dispensada. Esses alimentos são destinados para pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, além daquelas que são atendidas pela rede sócio assistencial e também as que são atendidas pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, [2012?]).

O PAA integra o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e traz as seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL, 2014)

Como objetivos do programa, temos: abastecimento alimentar por meio das compras governamentais de alimentos, valorizar a biodiversidade e a produção orgânica, promover hábitos de alimentação saudáveis, contribuir com as associações e cooperativas, além de colaborar para constituir estoques públicos de alimentos que possuem origem da agricultura familiar e “também para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar”. (BRASIL, 2012, [s.p]).

Os recursos para o programa são oriundos do Ministério da Cidadania. Pode ser executado por meio de seis modalidades: “Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes”. A execução do programa vem sendo feita por estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania (BRASIL, 2012, [s.p]).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, essas modalidades têm as seguintes funções:

- A) Compra com Doação Simultânea – os alimentos são comprados e doados simultaneamente à rede sócio assistencial com o objetivo de “atender as demandas locais para as pessoas em situação de insegurança alimentar”. Em 2019, foram comercializadas 12 mil toneladas de alimentos provenientes de 4.792 agricultores familiares. Nesta modalidade, foram adquiridos 201 tipos de produtos, tendo como destaque em valores os seguintes produtos: banana com 9%, mandioca 7%, abóbora 5% e alface com 4%. A justificativa desses produtos serem os mais procurados se dá pelas características de produção familiar. No ano de 2019 a renda média por agricultor familiar foi de R\$ 6.744,54 (CONAB, 2020, p. 12).
- B) Compra direta – as compras são definidas GGPA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e tem como objetivo atender as “demandas de programas de acesso à alimentação e estoque público” (BRASIL, 2014 p. 12).
- C) Apoio à Formação de Estoques – é um apoio financeiro para instituições de estoque de alimentos para serem comercializadas e fazer a devolução dos recursos ou ainda para sustentar os estoques públicos. Em 2019, foi operacionalizado nesta modalidade o valor de R\$ 4,7 milhões e os produtos em destaque foram as castanhas com 17%, polpa de frutas com 15%, farinha de mandioca com 10% e o feijão com 9%. Estes produtos são de fácil armazenagem e característicos da agricultura familiar (CONAB, 2020, p. 11).
- D) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – também visa a atender pessoas que estão em insegurança alimentar da região Nordeste do Brasil e no norte de Minas Gerais. O leite é adquirido, processado e doado aos consumidores (BRASIL, 2014 p. 12).
- E) Compra Institucional – nesta modalidade, a aquisição é voltada para atender demandas de consumo de alimento por parte da União, Estados e municípios e o Distrito Federal com recursos financeiros próprios. Os alimentos são destinados para “hospitais públicos, quartéis, presídios e restaurantes universitários” (BRASIL, 2014 p. 12).
- F) Aquisição de Sementes – a finalidade desta modalidade é a compra de sementes, mudas e outros tipos de material propagativos que são destinados aos agricultores familiares. A participação nesta modalidade, em 2019, foi de 326 agricultores familiares que representam 9 organizações fornecedoras. Foram destinados 4,3 milhões para a compra de 576 toneladas de sementes, tendo como destaque o arroz, o feijão e o milho, de modo a gerar uma renda aos agricultores de R\$ 13.280,00 (CONAB, 2020, p. 12).

Das seis modalidades mencionadas acima, a Compra Direta é a mais utilizada pelos órgãos públicos por ser de menor complexidade. Esta é executada com os recursos oriundos do Ministério da Cidadania e toda a operação é por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (BRASIL, 2012).

O valor permitido por unidade familiar é de no máximo R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) e são destinados ao público beneficiário do PAA ou ainda para compor cestas de alimentos distribuídos a grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade, insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2012).

De acordo com Brutto e Alves (2014), este programa possui algumas especificações que passam uma visão muito organizada, por exemplo: o pagamento é feito pela instituição financeira oficial diretamente ao beneficiário fornecedor por meio de cartão. Isso mostra muita transparência ao processo. Desta forma, as compras são permitidas para órgãos da administração pública, da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 2018).

Para vender para o governo, são definidos como beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras de acordo com o decreto nº 7.775/2012, art. 4º: Beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, e demais empreendedores os que apresentarem a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP como sendo pessoa física ou as Organizações Fornecedoras que “são as cooperativas e outras organizações constituídas como pessoa jurídica de direito privado que possuem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF”, ou seja, a DAP pessoa jurídica (BRASIL, 2018).

O ato convocatório se dá pela chamada pública informando a demanda pelos alimentos e precisa conter no mínimos seguintes requisitos: objeto que será contratado, a quantidade e especificação do produto, o local da entrega, os critérios de seleção dos beneficiários, condições contratuais e a relação de documentos necessários (BRASIL, 2018).

Fazendo parte do PAA, temos outro programa chamado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entretanto, este tem a função de oferecer uma alimentação escolar e educação nutricional.

2.2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como “merenda escolar”, possui como gestor o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e

sua principal função é a transparência dos recursos designados aos estados e municípios para assistir as necessidades nutricionais dos alunos (BRASIL, 2017).

Por outro lado, como cita Hamerschmidt (2014 p. 13), “o programa de política nacional de alimentação escolar possui quase seis décadas e o PNAE representa uma política de atendimento universalizado, sendo um dos maiores programas de alimentação do mundo”.

Apesar desse tempo de criação, foram observados os maiores avanços somente nas últimas décadas elevando a projeção do programa com aquisição de “alimentos oriundos da agricultura familiar, o resgate de hábitos alimentares regionalizados e um controle social com ações de educação alimentar” (HAMERSCHMIDT, 2014 p. 11).

Para Monteiro, Jacoski, Poli (2020 p. 135), em pesquisa realizada com agricultores familiares sobre o PNAE, esse programa é um incentivo, porém sozinho não é o suficiente para fazer os jovens permanecerem no campo. Para os autores, ainda falta mais políticas públicas de incentivo para melhorar a renda dos agricultores. (MONTEIRO; JACOSKI; POLI, 2020).

Um dos motivos desse avanço tem a ver com a criação do programa. Teve sua criação na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e “dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica”. O art. 14 menciona sobre os recursos financeiros que o FNDE repassa ao PNAE que no mínimo 30% devem ser aplicados na compra de produtos alimentícios da agricultura familiar, dando preferência a assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e quilombolas (BRASIL, 2009).

Este programa tem a função de oferecer uma alimentação escolar juntamente com práticas de “educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública”. Seu funcionamento se dá através dos repasses federais a estados e municípios, inclusive escolas federais. Estes valores repassados são efetuados em dez parcelas mensais, conforme o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Geralmente, os repasses são entre os meses de fevereiro a novembro, pois é nesse período que estão contidos os duzentos dias letivos (BRASIL, 2017).

Para a fiscalização desse programa, existem os conselhos, formados pela própria sociedade, os quais são chamados de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Em âmbito federal, a fiscalização é executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (BRASIL, 2017).

Cada órgão de fiscalização tem sua função para que o programa seja de excelência. Aos Conselhos de Alimentação Escolar cabe fazer o acompanhamento da compra dos produtos, a

qualidade da alimentação que será ofertado aos alunos, as condições relacionadas à higiênico-sanitárias onde os alimentos são armazenados, preparados e servidos aos alunos, a distribuição e o consumo, a aplicação financeira e a tarefa de avaliar a prestação de contas. Ao FNDE, a responsabilidade é pela definição de regras do programa. É neste ponto que se dá o início do processo de financiamento e da execução da alimentação escolar. O Ministério Público tem a incumbência de investigar as denúncias recebidas (BRASIL, 2017).

Para ser efetuada a compra, a Entidade Executora (EEX) emite uma chamada pública com todos os requisitos mencionados no capítulo anterior. Entretanto, como exposto por Gomes e Bezerra (2019, p. 109), há dificuldade para que essas EEX consigam aplicar esse percentual mínimo pelas condições climáticas do estado do Ceará, onde foi efetuada a pesquisa, pois possui uma capacidade limitada de produzir alimentos em escala maior, falta de conhecimento do programa pelos agricultores familiares e algumas limitações logísticas. Neste sentido, a produção naquele estado é insuficiente (GOMES; BEZERRA, 2019).

Os autores ainda comentam sobre o resultado da pesquisa sobre a informação da produção agrícola, do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, não conhecimento das regras do PNAE e falta de habilidades na elaboração do projeto. Na área logística, em que os produtores familiares se encontram, o transporte dos alimentos não perecíveis ocorre de forma adequada, porém os alimentos perecíveis não atende às regras mínimas em relação a depósito, tanto por parte do produtor como do comprador. Neste caso, o transporte se apresenta inadequado por falta de refrigeração (GOMES; BEZERRA, 2019, p. 112).

Para exercer um assessoramento mais localizado, o FNDE firma parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior – IFES junto com o PNAE para desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão para desenvolver a partir dos planos de trabalho por meio de créditos orçamentários. As ações podem ser implementadas como Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANE. Esses centros são unidades de apoio para desenvolver ações de interesse e atender as necessidades do PNAE (FNDE, 2017).

No estado do Tocantins, o CECANE da Universidade Federal do Tocantins – UFT - teve sua criação em 2015 e iniciou suas atividades no ano seguinte monitorando 36 municípios até o final do ano de 2017. No trabalho prestado, houve a capacitação do programa aos conselheiros, nutricionistas, secretários de educação, coordenadores da alimentação e os agricultores familiares (FERRO et al, 2019).

A equipe da CECANE/UFT é formada anualmente a partir de um processo de seleção dos docentes responsáveis pelo projeto e os selecionados são capacitados com questionários fornecidos pelo FNDE (FERRO et al, 2019).

O processo de assessoria aos municípios selecionados teve duração em média de 4 dias, nos quais ocorreram atividades de reuniões com nutricionistas, secretários, CAE, coordenadores da alimentação escolar e representantes financeiros para esclarecer o motivo da assessoria. Houve também visitas às escolas para a coleta de dados e orientações sobre manipulação dos alimentos. Por fim, houve encontros com agricultores para orientar sobre emissão de selos para produtos exigidos pela vigilância sanitária e a DAP (FERRO et al, 2019).

Como resultado da assessoria, foram observadas irregularidades, tais como o fato de terem aceito produtos sem certificação sanitária, prestações aprovadas com aquisição de produtos não alimentícios, CAE pouco ativo, ausência de recursos humanos qualificados para o trabalho, falha na articulação com agricultores familiares, atrasos nos pagamentos, obstáculos em fornecimento regulares e certificações sanitárias (FERRO et al, 2019).

Desta forma, percebe-se que, devido ao clima da região em que o programa está implantado, as dificuldades podem aumentar, tal como ficou claro na pesquisa no estado do Ceará e o exposto pela CECANE da UFT, além de outros problemas que devem ser corrigidos pelas assessorias.

Os programas que fazem a ligação entre a agricultura familiar e alimentação escolar e nutricional são vistos como uma inovação aos programas que têm como função atender as sociedade de forma mais igualitária. Para tanto, será versado sobre a inovação social como benefício para a sociedade.

2.3 Inovação, Invenção e Inovação Social

Primeiramente, é importante diferenciar inovação e invenção. Carvalho, Reis e Cavalcante (2011) citam que nem toda a “invenção se transforma em inovação; pode-se inventar sem inovar e pode-se não inventar e inovar” (CARVALHO; REIS; CAVALCANTE 2011, p. 25). Para os autores, invenção é algo produzido pelo homem que seja inédito e poderá ser comercializado e fabricado (CARVALHO; REIS; CAVALCANTE 2011, p. 23).

Existem governos de 30 países que trabalham para o desenvolvimento e, em conjunto, elaboraram o um documento que trata sobre as inovações chamado Manual de Oslo. De acordo com este manual, que dita as diretrizes da inovação em vários países, é definida como:

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OCDE 1997 p. 55).

O mesmo manual traz informações sobre as inovações não tecnológicas que são todas atividades de inovação que são excluídas da inovação tecnológicas, ou seja, todas inovações que não contemplam bem ou serviço tecnologicamente novo ou processo tecnologicamente novo (OCDE 1997 p. 131).

Sobre a importância da inovação, Schumpeter (1934, p.20) avalia a inovação de forma importante para a economia de um país, pois nela se constitui uma mudança, a qual aparece de forma natural nas vias de fluxo e não permanece inerte. O autor destaca ainda que a inovação está associada a cinco tipos de inovação: inovação de produto e processo, utilização de matéria prima, inovação organizacional e abertura de novo mercado.

No Brasil, temos a Lei nº 10.973 de 2004, também conhecida como “lei da Inovação”, a qual “compreende sobre a inovação à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo”. O art. 1º menciona sobre incentivo da inovação e o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Neste mesmo artigo, o inciso primeiro observa sobre estratégias para o desenvolvimento econômico e social, enquanto o inciso terceiro prega a redução das desigualdades regionais. No artigo 2º, o inciso XII menciona sobre a atividade de auxílio ao desenvolvimento e sua disponibilização à sociedade e ao mercado (BRASIL, 2021).

A Lei outrora citada representa um marco importante no contexto de competitividade brasileira (BRASIL, 2021). Para a Organização da Alimentação e Agricultura (FAO), a inovação “é de suma importância para a agricultura familiar sendo fundamental para um mundo sem fome e desnutrição”. (FAO, 2021, [s.p]).

Ainda sobre o conceito da inovação, a FAO vai além da tecnologia. Para a entidade, na agricultura a inovação “é o processo pelo qual indivíduos ou negócios colocam em uso produtos, processos ou formas de organização – novos ou existentes – pela primeira vez em um contexto específico”, pensando em resolver um problema (FAO, 2021, [s.p]).

Dentre as inovações que o manual de Oslo apresenta, neste trabalho, será versada a inovação de processo, pois o que se busca é uma forma inovadora de resolver uma situação onde os agricultores familiares enfrentam dificuldade para o cadastramento e transferência de sua produção para os órgãos responsáveis pela merenda escolar.

Para definir melhor a inovação de processo, o Manual de Oslo define como sendo “a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente

melhorado”. A inovação de processo ainda visa custos de produção ou distribuição, fornecimento de insumos, alocação de suprimentos ou ainda a entrega de produtos finais (OCDE, 1997, p. 58 - 59).

No mesmo manual, dentre as inovações apresentadas, temos a inovação organizacional que pode-se mencionar aqui como aplicável aos agricultores familiares, pois o mesmo manual define essa inovação como sendo “implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas”. (OCDE 1997 p. 61).

Dentro da inovação organizacional, existem novos métodos organizacionais nas relações externas, a qual ocorre quando a empresa implanta novos meios para a organização fazer negócios com empresas externas ou instituições públicas para estabelecer novos tipos de colaboração (OCDE 1997 p. 63).

No mundo, o debate sobre o crescimento está relacionado à inovação. As economias, as quais pretendem seguir competitivas, bem como os países que pretendem uma inserção no globalismo, buscam tornar-se suas economias mais inovadoras. Quando surgir uma crise financeira no mundo, o país mais inovador se destacará com a inovação para superar a perda de mercado (JORGE, 2010 p. 9).

Isto posto sobre inovações, abordaremos agora o conceito de Inovação Social. Esta surgiu devido a globalização e a revolução da Inovação, conhecimento e tecnologia e ainda não possui uma definição precisa e seu uso é aplicado para satisfazer necessidades não atendidas (AOYAMA; PARTHASARATHY, 2017)

Entretanto, uma definição da inovação social bastante aceita é a de Murray, Caulier-Grice e Mulgan, que a definem como:

Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir. (MURRAY, CAULIER-GRICE, MULGAN, 2010, p.3).

André e Abreu (2006) mencionam que a inovação social, para dar uma resposta satisfatória à sociedade e gerar mudança social, precisa conter três requisitos: satisfação de necessidades humanas, que não estão atendidas pelo mercado; promoção da inclusão social, sendo esse o resultado e, por fim, a capacitação dos atores sujeitos, potencial ou efetivamente expostos a riscos de marginalização da sociedade.

De acordo com os autores, a inovação social pode ser produzida pelo terceiro setor, além das políticas públicas e em alguns casos por entidades privadas, principalmente aquelas empresas que possuem um planejamento voltado para a responsabilidade social e adotam o conceito de inovação social (ANDRE; ABREU 2006, p. 124).

Ao atender aos objetivos deste trabalho, será necessário o uso de ferramentas que fazem o acompanhamento e análise dos resultados colhidos. Para tanto, serão usadas as ferramentas PDCA e Análise SWOT, as quais serão descritas abaixo.

3 FERRAMENTA PDCA E ANÁLISE SWOT

A ferramenta do PDCA visa a melhoria contínua dos processos em uma organização. De acordo com Campos (1992), o *Plan* (Planejamento) tem a função de estabelecer metas e as maneiras como devem ser atingidas; *Do* (Executar) formar o plano de coleta de dados; *Check* (Verificar) comparar o resultado alcançado com o que foi planejado e *Action* (Ação) tem a função de atuar de forma corretiva.

A base desta melhoria está em um conceito japonês denominado *Kaizen* e tem como principal ponto a filosofia da qualidade total. Tem como significado uma melhoria gradualmente dos produtos e sempre contínua. Para isso, são analisados diariamente os processos, para torná-los mais eficientes, econômicos e confiáveis. Assim, a empresa deve possuir uma cultura de aperfeiçoamento (PEINADO e GRAEML, 2007).

Na literatura, existem muitos modelos sobre a melhoria, porém o PDCA é o mais utilizado pelas organizações devido sua simplicidade, todos que estão envolvidos em busca da qualidade, compreendem a linguagem utilizada. O ciclo PDCA foi introduzido por Shewhart e tornou-se popular por Deming (PEINADO; GRAEML, 2007).

Com base em Dennis (2008), o PDCA é teoricamente simples, ainda que possua níveis de compreensão, os quais levem muito tempo para compreender o processo completo. O autor lembra que a melhor forma de aprender esta ferramenta, é praticando e possuir bons professores (DENNIS, 2008).

O ciclo é dividido em quatro etapas, sendo que cada etapa é referente à inicial da sigla PDCA. Cada letra está subdividida em partes, como segue na figura:

Figura 1: Ciclo PDCA

<i>Plan</i> Planejamento	1	A identificação do problema
	2	Observar o problema
	3	Descoberta das causas
	4	Plano de ação
<i>Do - Fazer</i>	5	Colocar o plano em ação
<i>Check - Verificar</i>	6	Verificação do plano
	?	O bloqueio foi efetivo?
		Não: retornar ao passo 2
	Sim: segue para o próximo passo	
<i>Action - Ação</i>	7	Padronização
	8	Conclusão

Fonte: (Adaptado de Peinado e Graeml, 2007 p. 557)

Cada uma das etapas deve seguir alguns passos. Na etapa do planejamento, Peinado e Graeml, (2007, p. 558) afirmam que todos os processos podem ser melhorados. Nesta fase, é escolhido um processo a ser melhorado e parte-se para o estudo definindo também as metas a serem alcançadas e por fim, desenvolve-se o plano de ação. Ainda nesta etapa, Dennis (2008, p. 161) sugere que, para alcançar o que se deseja no planejamento, se faz necessário responder: “para onde queremos ir e como chegar lá?”

Na etapa do “executar ou fazer”, o plano já está definido e é hora de colocar em prática. Neste momento, é necessário colher os dados para medir o progresso e documentar (PEINADO GRAEML, 2007, p. 558). Nesta etapa, Dennis (2008, p. 162) reforça que é onde contém o próprio ciclo PDCA e é o reflexo da importância de atividades piloto. Ao concordar com os autores, Campos (1992, p. 507) afirma que é onde se implementa o plano que foi elaborado e também se acompanha o progresso.

O próximo passo é o *check* ou o verificar. Nesta etapa, Campos (1992, p. 507) diz que é onde o grupo analisa os dados e é reavaliado o plano. Dennis (2008, p. 163) reforça que além de analisar os resultados, deve ser analisado se o plano foi alcançado.

Nesta última etapa, de acordo com Peinado Graeml (2007, p. 558), é comprovada a eficácia do plano e o novo procedimento deve ser documento para ser utilizado até ser necessárias uma nova melhoria e ser modificado. Dennis (2008, p. 163) diz que ação ou agir significa o reflexo sobre as situações após verificar e adotar as ações adequadas. Ao concordar

com os autores, Campos (1992, p. 507) diz que se tiver sucesso no processo, este deve ser documentado e transformado em novo padrão.

O ciclo PDCA é de melhoria contínua. Essa melhoria contínua é feita em ciclos e envolvem o planejamento e experimentos com inovações. Esses ciclos do PDCA se dão pelo motivo de que é necessário estar pronto para iniciar uma nova etapa de planejamento e fazer o ciclo ir rodando (PEINADO; GRAEML. 2007, p. 559).

Isto posto sobre o PDCA, abordaremos a matriz SWOT, que é uma abreviatura das palavras em inglês: *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*, que traduzidas para o português se tornam: Pontos Fortes, Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças. Por esse motivo, também é conhecida por Matriz FOFA (PEREIRA, 2011, p. 104).

Serra, Torres e Torres (2004, p. 28) citam que a matriz *SWOT*, “possibilita a escolha de uma estratégia adequada para que se alcancem determinados objetivos a partir de uma avaliação crítica dos ambientes internos e externos”. Dessa maneira, ao possibilita-se a identificação de cenários controláveis como mostra a figura 3.

Figura 2: Modelo de Matriz *SWOT*



Fonte: Silva(2009) e Oliveira (2006)

Para Oliveira (2006), com a matriz *SWOT*, é possível se ter uma visão geral dos ambientes organizacionais dos empreendimentos, possibilitando análise de forma gerencial e estratégica para a melhoria dos resultados. Assim, a utilização das duas ferramentas de maneira simultânea trará benefícios para o planejamento, coleta e análise das informações.

Por meio da matriz *swot*, pode ser mapeada as situações diante do ambiente geral e de tarefas no que se refere às mudanças que surgem em cada momento específico. Desta forma, analisa-se as oportunidades, ameaças do ambiente e, em seguida, são analisadas as

vulnerabilidades internas, de maneira a definir o futuro da instituição analisada (CHIAVENATO, 2014 P. 175).

Na tabela a seguir, tem-se uma amostra de como deve ser elaborado os ambientes externos e internos.

Tabela 1: Análise FOFA

Análise FOFA	Análise Externa Oportunidades	Análise Externa Ameaças
Análise Interna Pontos Fortes	Usar os pontos fortes da organização analisada e ver como isso poderá ser transformado em oportunidade	Como esses pontos fortes devem ser usados para não permitir que as ameaças atrapalhem as estratégias definidas
Análise Interna Pontos Fracos	O que fazer para melhorar os pontos fracos e aproveitar melhor as oportunidades	O que se deve fazer para fortalecer os pontos fracos e impedir prejuízos com as ameaças

Fonte: Adaptado de Pereira (2011, p. 105)

Após elaborada a matriz, quando terminar todo o levantamento, deve-se refletir sobre a análise externa e interna e trazer à tona dos elementos listados e posicioná-los individualmente (PEREIRA, 2011, P. 105).

A forma como foi aplicado está descrita na metodologia.

4 METODOLOGIA

No presente trabalho, realizou-se estudos bibliográficos e atividades de campo por meio de entrevistas, as quais pudessem colaborar com a discussão e considerações finais no trabalho.

Por meio dos dados coletados, pôde-se discutir sobre agricultura familiar no sentido de auxiliar a venda de produtos, por meio de compra de alimentos do “Programa de Aquisição de Alimentos” dos assentamentos da cidade de Araguaína, Tocantins, situada a 368 km da capital Palmas, possuindo uma população de 183.381 habitantes (ARAGUAÍNA, 2021).

Como procedimento metodológico, adotou-se a pesquisa bibliográfica, que se desenvolve a partir de material já elaborado em outras fontes, em sua maioria, livros e publicações periódicas que possibilitou o embasamento sobre a temática adotada, entre outras questões, as quais vieram a fundamentar e responder o problema de pesquisa proposto. Nas palavras de Gil (2008, p.50), a pesquisa bibliográfica é vantajosa, pois:

[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

No que se refere à população estudada, o município conta com 06 assentamentos. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, os assentamentos pertencentes ao município de Araguaína são:

Tabela 2: Assentamentos de Araguaína

Assentamento	Nº de Hectares	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Alegre	1.655,2393	49	25/08/1987
PA Rio Preto	9.956,1835	197	17/08/1989
PA Araguaminas	2.383,0989	33	02/12/1994
PA Paraíso	5.889,5811	126	12/08/2002
PA Coruja	613,5466	15	18/05/1983
PA Manoel Alves	3.130,3956	92	19/08/2010
TOTAL	23.628,0450	512	

Fonte: (Adaptado de BRASIL 2021)

Todos os assentamentos estão registrados no Cadastro Ambiental Rural – CAR, que é um registro obrigatório para todos os imóveis rurais que possui como finalidade deixar público todas as informações ambientais das propriedades para controle do desmatamento. Os dados

referentes a cada propriedade ficam disponíveis junto ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR (BRASIL, 2020).

As visitas *in loco* auxiliaram na coleta de informações sobre a percepção dos agricultores familiares acerca das vendas de produtos oriundos do local, para a merenda escolar, nos termos do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos. Estas visitas foram significativas para a análise dos objetivos propostos, ao considerar que a região apresenta potencial de venda dos produtos gerados pelos agricultores.

Quanto ao método, utilizou-se o estudo de caso. Dentre suas características, permite abordar um fenômeno que ocorre num contexto limitado, possibilitando o aprofundamento deste. Aqui, especificamente, ao levantamento de dados relacionados à Agricultura familiar. Ainda permite a verificação de ações sustentáveis com relação ao avanço das condições de vida das pessoas no campo. Do ponto de vista técnico, utilizou-se a coleta de dados por meio de questionário respondido pelos agricultores familiares.

Após o questionário respondido, teve-se uma amostragem dos ambientes externos e internos das propriedades dos agricultores e esses dados foram tabulados usando a Análise FOFA, descrita em capítulo anterior.

O procedimento de amostragem foi o *Snowball Sampling* (bola de Neve) que, de acordo com Goodman (1960), consiste em indicação de um ponto de partida para o início da amostragem. Cada indivíduo nomeia outro diferente na população estudada. GOODMAN (1960, p. 148).

Quanto aos objetivos da pesquisa, estes são de cunho descritivo (GIL, 2002, p. 41), à medida que se refere às características de determinado fenômeno e se utiliza de técnicas padronizadas em sua coleta de dados, como questionário e/ou entrevista com questões abertas ou fechadas. Nesse caso, no levantamento de dados, coletou-se dados em propriedades de agricultores familiares para verificar o potencial destes, para um fornecimento de produtos provenientes da agricultura familiar aos órgãos públicos da cidade de Araguaína e região.

Do ponto de vista empírico, esse permitiu extrair de maneira abrangente as perspectivas da gestão das propriedades familiares e sua adequação quanto às questões legais no que se refere à venda da produção para órgão público. Pode-se, ainda, dizer que a presente pesquisa é de abordagem qualitativa, pois se visou entender em profundidade acerca da perspectiva do mapeamento de pontos significativos junto aos agricultores familiares no auxílio da produção para o programa de aquisição de alimentos.

Ainda na coleta de dados, utilizou-se a ferramenta PDCA como orientação. A ferramenta PDCA auxilia desde as etapas iniciais, conforme demonstra a ilustração que segue:

Tabela 3: Ciclo PDCA Aplicado aos produtores

<i>Plan</i> Planejamento	1	A identificação do problema - Será elaborado um questionário com perguntas ligadas à sua propriedade e produção de alimentos para ter um conhecimento dos possíveis problemas enfrentados no cadastramento junto ao PAA;
	2	Observar o problema - Será identificado os problemas que os agricultores convivem no que diz respeito à venda de seus produtos;
	3	Descoberta das causas - Após a tabulação e o tratamento dos dados, será possível descobrir as causas dos problemas;
	4	Plano de ação - Será elaborado um manual ilustrativo de simples entendimento para os produtores se cadastrarem junto ao PAA;
<i>Do</i> - Fazer	5	Colocar o plano em ação - Será acompanhado alguns produtores que terão o manual em mãos para fazerem o cadastramento e adquirir a DAP e analisar o desempenho de cada um;
<i>Check</i> - Verificar	6	Verificação do plano - Será verificado os passos que constam no manual e verificar possíveis erros;
	?	O bloqueio foi efetivo? Não: caso houve alguma correção, retornar ao passo 2 Sim: caso não houve nenhuma necessidade de correção, segue para o próximo passo
<i>Action</i> - Ação	7	Padronização - Após as ações corretivas no manual, pode-se utilizar como padrão para todos os casos de cadastramento e aquisição da DAP pelos produtores;
	8	Conclusão - Mesmo com a padronização, será necessário acompanhamento para possíveis alterações do manual.

Fonte: (Adaptado de Peinado Graeml, 2007 p. 557)

Em síntese, segue um quadro resumo da metodologia que foi utilizada no presente trabalho.

Quadro 1 - Metodologia da pesquisa

Pesquisa			
Natureza	Abordagem	Objetivos	Procedimentos Técnicos
A pesquisa é de natureza aplicada pois visa gerar conhecimento para a aplicação prática e trazer uma solução para um problema específico da agricultura familiar.	A abordagem da pesquisa será de cunho descritivo pois visa entender a percepção dos agricultores familiares sobre o Programa de aquisição de alimentos.	Como objetivos da pesquisa Compreender pontos fortes, fracos ameaças e oportunidades para a venda de produtos da agricultura familiar.	O procedimento adotado será a pesquisa bibliográfica partindo de autores que trabalham com o assunto da agricultura familiar e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) A pesquisa trata também do estudo de caso dos agricultores familiares. Utilizar-se à a metodologia PCDA e matriz <i>swot</i> , para que por meio de entrevistas abertas, com questões relativas a compreensão da legislação que trata sobre a política de venda de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Será usado o procedimento de amostragem de bola de neve. O tratamento dos dados será realizado pela análise de conteúdo de Bardin (1977 e 2011).

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado de Gil (2002)

Desta forma, foram aplicadas as ferramentas para a análise dos agricultores, conforme será descrito abaixo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentam-se os dados coletados em campo, bem como suas respectivas análises, incluindo a abordagem sobre o município de Araguaína e seus assentamentos, suas características e a forma como se chegou aos resultados do trabalho.

5.1 Características do Estado do Tocantins

O mais novo estado do Brasil, até essa data, é o estado do Tocantins, o qual foi criado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, antes fazia parte do norte do estado do Goiás. Entretanto, houve várias incompatibilidades entre o norte e o sul do estado de Goiás, que remontam ao século XVIII, como por exemplo a cobrança de taxas na aquisição de escravos, contrabando de ouro, proibição da navegação no rio Tocantins. Após ficar isolado do sul do estado de Goiás, a ocupação se deu com a implantação de rodovias e pela expansão agrícola no Centro Oeste e Norte do país. Neste sentido, a atividade pecuária foi a atividade essencial para a ocupação do norte goiano. A criação do estado possibilitou esta ocupação e o aumento das atividades produtivas (OLIVEIRA, 2018).

O clima do estado é o tropical e caracteriza-se por ser seco, possuindo duas estações bem definidas no ano: o inverno é quente e chuvoso e o verão é seco e quente. O relevo predomina áreas de planalto e planícies onde a vegetação é bastante variada com vegetações de cerrado. A hidrografia é destaque para os dois maiores rios do estado: Rio Araguaia e Rio Tocantins. A economia está sustentada em três pilares: serviços e comércio com 71,8%, indústria com 14,7% e a agropecuária com 13,5%. (MENDONÇA, 2021).

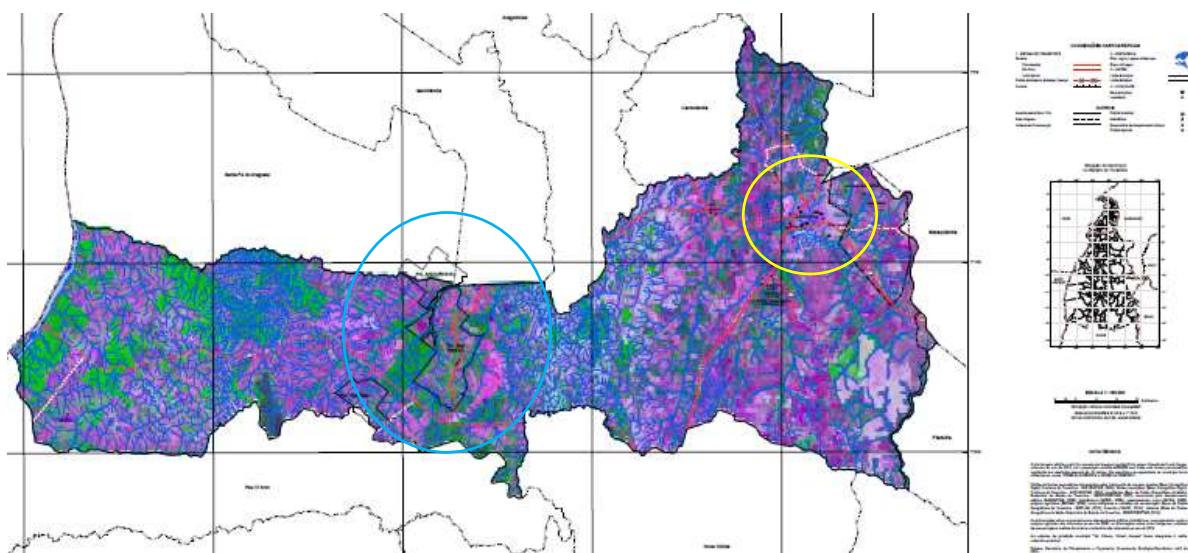
5.1.1 Características da Cidade de Araguaína

A cidade de Araguaína, que no passado era chamada de “livra-nos Deus” devido aos ataques indígenas que povoavam a região e de animais selvagens, logo passou a ser chamada de Lontra, em referência ao rio que se mostrava de grande utilidade para a região. Devido aos problemas de isolamento mencionado acima, a economia, a qual era baseada na cultura do café, logo foi abandonada. A sua emancipação se deu no ano de 1958 pela lei estadual número 2.125, que se desmembrou do município de Filadélfia. (ARAGUAÍNA, 2021).

O relevo do município é de predominância do Planalto, contendo presença de grandes elevações, e o clima é o tropical úmido. As chuvas estão definidas entre os meses de novembro a maio e o período de maior estiagem é de junho a outubro. A vegetação é mista com

características do cerrado, matas ciliares e matas tropicais. A Bacia Hidrográfica é a do Rio Araguaia e tem como principal o Rio Lontra, tem ainda alguns afluentes, dentre os principais são: Lavapés, Prata, Neblina, Raizal, Ribeirão de Areia, Xixebal, Cará, Jacubinha, Tiúba e o Jacuba. (ARAGUAÍNA, 2021).

Figura 3: Carta imagem 2014 do município de Araguaína



Fonte: TOCANTINS SEPLAN, 2021

Nesta imagem, podemos perceber que a cidade se encontra destacada no círculo na cor amarela em uma extremidade do território e o assentamento onde foi elaborada a pesquisa se encontra demarcado na cor preta destacada pelo círculo azul. O assentamento se encontra localizado no centro territorial do município a uma distância média de 100 km da cidade.

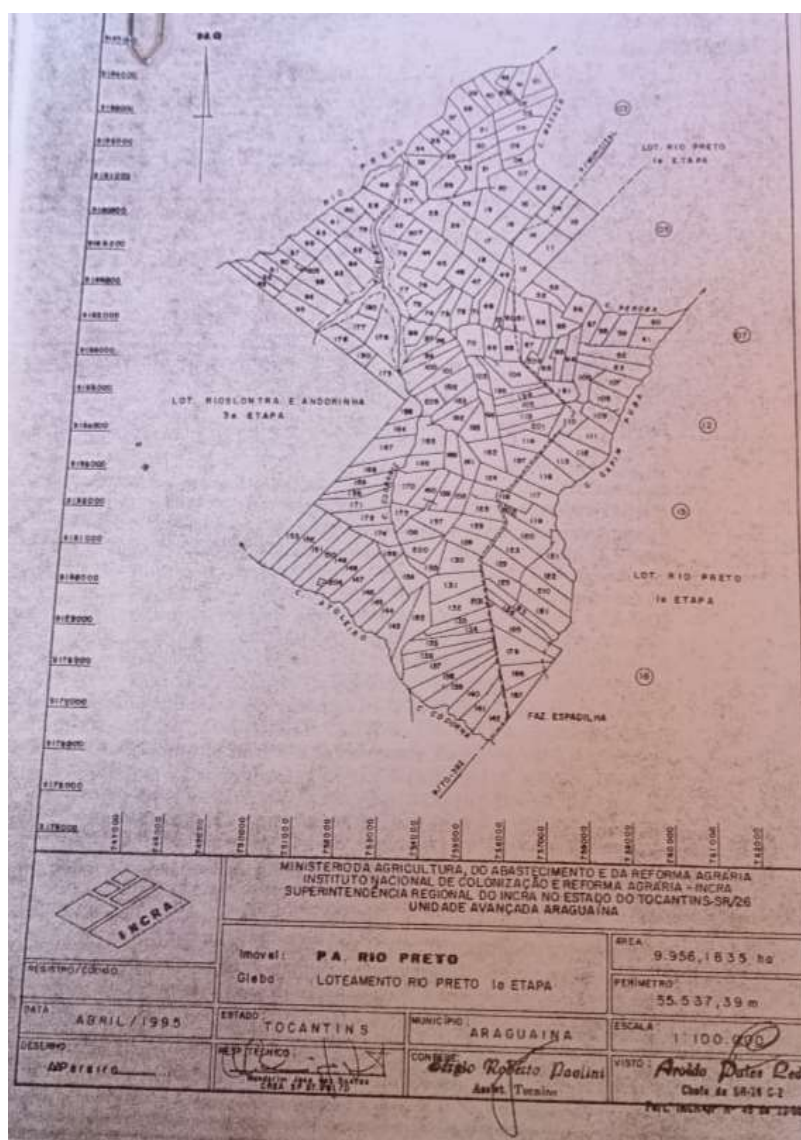
Dos assentamentos listados na tabela 2, os quais pertencem ao município de Araguaína até a data 04/03/2021, foi escolhido para o estudo o projeto PA Rio Preto pela representatividade de tamanho de área e de número de famílias. O assentamento localiza-se a uma distância média de 100 km do centro da cidade e é praticamente no centro do município. Partindo da cidade, o acesso conta com uma rodovia federal, onde percorre-se em média 45 km na BR 153 e mais uns 35 km da rodovia estadual TO 226. Em seguida, começa uma estrada não pavimentada, a TO 164, a qual possui um tráfego de baixa intensidade. Todavia, na época das chuvas, a estrada fica com grande dificuldade de acesso na área não pavimentada, a qual corresponde a uma média de 15 km.

O assentamento teve sua fundação em uma reunião realizada no dia 04 de Outubro de 1991, formada pelo conselho de diretores do INCRA, que aprovaram o assentamento Rio Preto.

O imóvel foi desmembrado da Fazenda Rio Preto por meio do Decreto nº 98.065 de 17 de Agosto de 1989. A área total do assentamento é de 9.681,08 ha. Na sua fundação, a área previa um total de 160 famílias, porém contando com as sete áreas comunitárias como escolas, igrejas, armazéns, foram adicionado mais 44 lotes.

Na data do estudo, o loteamento conta com uma escola municipal José Nogueira, a qual possui as séries da educação infantil ao 9º ano e a estadual Manoel Gomes da Cunha, que conta com o ensino médio. Ambas as escolas possuem em torno de 200 alunos, estes que vem da região, não são exclusivos do assentamento Rio Preto.

Figura 4: Mapa do Assentamento Rio Preto Primeira etapa.



Fonte: INCRA 2021

O assentamento se encontra na Bacia do Rio Muricizal e o solo pertence ao grupo de solos Argissolos (TOCANTINS SEPLAN, 2018). Nesse tipo de solo, são usados para o plantio

de várias culturas como cana-de-açúcar, fruticultura (jaca, manga, banana, sapoti, citros, coco, acerola), cultura da mandioca e algumas culturas de maracujá e inhame, capins do tipo braquiárias e alguma pastagem plantada (SILVA; OLIVEIRA NETO, 2011).

5.1.2 Métodos e Procedimentos da Pesquisa

Para fazermos o levantamento dos dados, optamos por usar uma metodologia denominada *Snowball Sampling* (bola de Neve), a qual consiste em um método de indicação de entrevistado como mostrado na metodologia (GOODMAN, 1960, p. 148).

O ponto de partida da indicação do indivíduo para a aplicação do questionário, como já apontado na metodologia, foi indicado pelo INCRA de Araguaína, por ser o presidente do assentamento. Em seguida, como consta na metodologia, o produtor indicado, indicava outro produtor do assentamento para responder o mesmo questionário. Desta forma, a partir do vigésimo sexto questionário, os resultados começaram a se repetir e optou-se por encerrar a aplicação. Geralmente, os indicados eram seus vizinhos de lote. Após responderem ao questionário, os dados foram tabulados em outra planilha de cálculo para análise.

No citado questionário, constavam perguntas sobre a propriedade do agricultor e de seus produtos para ter um conhecimento sobre os pontos fortes e oportunidades e os pontos fracos e ameaças do assentamento e assim ter subsídios para elaborar a análise *SWOT*.

5.1.3 Dados da Pesquisa

O questionário foi aplicado de acordo com a amostragem *Snowball Sampling*, em que aplicou-se para 26 assentados e foi dividido em quatro partes: pontos fortes, oportunidade, pontos fracos e ameaças.

Primeiramente, vamos trazer os dados sobre a produção dos agricultores familiares. Os animais que mais são criados no assentamento são: galinha, gado (bovino), porcos, carneiro e frango. Já as culturas são: mandioca, milho e feijão.

O número de membros da família em cada lote assentados é de um total de 66 pessoas nos 26 lotes pesquisados. A escolaridade está assim dividida:

Tabela 4: Escolaridade dos assentados

Nível de escolaridade	Número de agricultores
Não alfabetizado e Semianalfabeto	4
Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	12
Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)	6
Ensino Médio	2
Ensino Superior	2

Fonte: Dados da pesquisa 2021

Na tabela foi considerado somente o membro proprietário do lote e mostra que a escolaridade dos assentados se concentra mais entre os não alfabetizados e semianalfabetos e os que frequentaram a escola até o ensino Fundamental I. As duas pessoas que possuem o ensino superior, são professores nas escolas citadas acima. Pelo perfil estudado, percebe-se que a maioria dos agricultores, os não alfabetizados até os que possuem somente o ensino fundamental, pode ter certa dificuldade para o entendimento de uma leitura complexa como são os documentos que tratam sobre a obtenção da DAP.

Podemos fazer um comparativo desses dados com os dados apresentados acima no Gráfico 1 “Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor” do censo de 2017, onde não há uma diferença muito grande quanto aos não alfabetizados. Para uma análise dos que possuem o ensino Fundamental I, os entrevistados do assentamento estão em uma concentração maior, também de acordo com os dados nacionais.

- Pontos Fortes

Considerando as respostas como pontos fortes, destacamos que 24 assentados, ou seja, quase a totalidade dos entrevistados, faz parte da associação criada pelos produtores. Os únicos que marcaram a opção não, nem mesmo tinha certeza se ainda fazia parte ou não. Portanto, podemos perceber que os produtores não fazem uso da associação e com isso não exploram seus benefícios como poderiam.

Mesmo o assentamento sendo em torno de 100 km da cidade de Araguaína, vinte produtores consideram o assentamento próximo da cidade. Sendo assim, essa distância não seria um empecilho para a entrega dos seus produtos para a merenda escolar.

O tamanho médio das propriedades ficou em 42,66 hectares, o que significa que essa área é próxima a meio módulo fiscal como citado no capítulo 2.1.1. Como o tamanho da área não é muito extenso, alguns produtores ficam limitados na escolha de suas culturas na hora do

plântio. Entretanto, quando foi perguntado se a área era suficiente, todos falaram somente o tamanho da área e se resguardaram de responder sobre a suficiência.

Estas pequenas áreas não são exclusividade do Tocantins. De acordo com o último censo agropecuário, em 2017, a agricultura familiar ainda possui uma representatividade de 77% dos estabelecimentos agrícolas do país em uma área equivalente a 23% da área agrícola total. As propriedades com até 10 hectares no país são de 2.543.681 em uma área de 7.993 milhões de ha (IBGE, 2017).

Gráfico 2: Tamanho das propriedades



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Mesmo algumas poucas propriedades se destacarem em área um pouco maior, devemos considerar a média para entender que o produtor não consegue ter muita área para escolher a cultura que irá plantar. Temos que levar em conta que todos eles possuem algum animal e precisa de uma área de pastagem para os mesmos.

Sobre o plantio de milho para os animais, a resposta ficou como sendo uma ameaça, pois 10 dos entrevistados não plantam a cultura para alimentá-los. Mesmo 16 dos entrevistados respondendo que plantam para o sustento dos animais, isso deve ser visto como preocupação, pois o ambiente onde vivem é igual para todos.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social, são listados mais de 60 produtos que a agricultura familiar pode entregar para os programas do governo. Nesta lista, se

encontram frutas, verdura, lácteos e diversos tipos de carne (BRASIL, 2018). De acordo com as respostas dos agricultores, isso não é explorado.

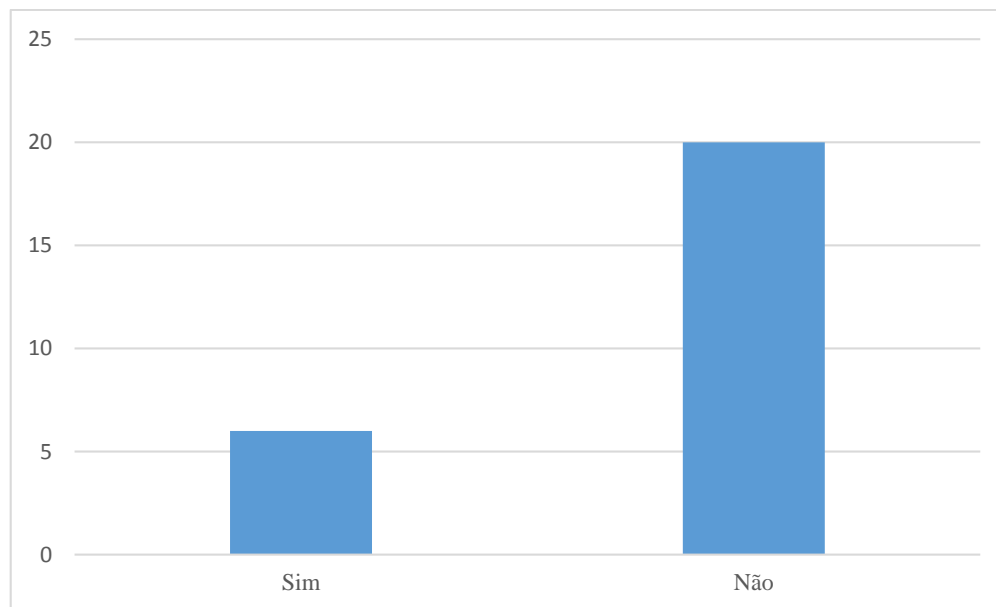
Um ponto forte que todos que estudam a agricultura familiar considera é que a mão de obra deve ser familiar e no caso do assentamento Rio Preto, 24 assentados responderam que a família possui o controle e o trabalho no local.

Mesmo tendo poucos produtos para venda, como será mencionado abaixo, 20 agricultores possuem cliente fidelizado. Neste caso, a maioria respondeu que “quando tem algum produto para vender, sempre é direcionado aos mesmos clientes”. De acordo com relato do presidente do assentamento, isso se deve ao fato de venderem a farinha de mandioca para os clientes atravessadores, ou seja, pessoas que ficam no mercado municipal da cidade e compram a farinha de mandioca e repassam aos comerciantes e consumidores finais.

Como o tamanho das propriedades são em média pequenos, quando os produtores precisam fazer algum trabalho mecanizado, eles precisam recorrer a outros produtores que possuem máquinas para a execução do trabalho, pois nenhum produtor possui máquinas agrícolas. Neste sentido, 18 responderam que pagam horas de trator quando precisam fazer algum trabalho que requer maior mecanização da área.

Uma pergunta que era considerada como ponto forte e após as respostas podemos avaliá-la como ponto fraco, foi de quantos produtores possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf. Dos entrevistados, 20 produtores dizem não possuir a DAP, ou seja, não estão aptos para fazer o PRONAF nem para vender seus produtos para o PNAE. O Pronaf é um programa que traz vários benefícios para o pequeno produtor. O objetivo do programa é desde o financiamento até a modernização da estrutura da produção, sempre visando a renda e mão de obra familiar (BNDES, 2021).

Desta forma, vemos como nossa temática é relevante, pois percebemos, por meio dos dados analisados, como os assentados sofrem pela falta de informação e é exatamente nessa lacuna que desejamos atuar, pois pretendemos levar informações por intermédio de uma cartilha para esses assentados poderem comercializar seus produtos junto ao PAA.

Gráfico 3: Portadores da DAP

Fonte: Elaborado pelo autor 2021

O gráfico nos mostra que a maioria dos produtores não possui a DAP. Como visto acima, sem esse documento não será possível ter acesso ao Pronaf e, com isso, não terão a possibilidade de melhorar sua propriedade e máquinas para o plantio e crescimento da propriedade.

Um dado muito importante para a nossa região, a qual possui seis meses de período de estiagem, é que a maioria, 24 no total dos produtores, possuem forma de irrigação da plantação. Neste caso, deve ser levado em consideração que a irrigação mencionada pelos agricultores seria somente para hortaliças.

Sobre a estação chuvosa do Tocantins dura em torno de 5,4 meses, compreendendo os meses de outubro a abril. Nestes meses, a probabilidade de chuva em algum dia no intervalo desses meses é acima de 38%, tendo o mês de dezembro o mais chuvoso. Em contrapartida, a seca no estado tem uma duração média de 6,5 meses e compreende abril a outubro, sendo o mês mais seco o mês de julho (WEATHERSPARK, 2021).

- Oportunidades

Algo que deve ser visto como oportunidade muito importante para o assentamento é que 14 dos produtores possuem produtos orgânicos, porém não são portadores de certificação. Neste caso, ao pesquisar mais sobre o entendimento do que é produtos orgânicos, vimos que para os

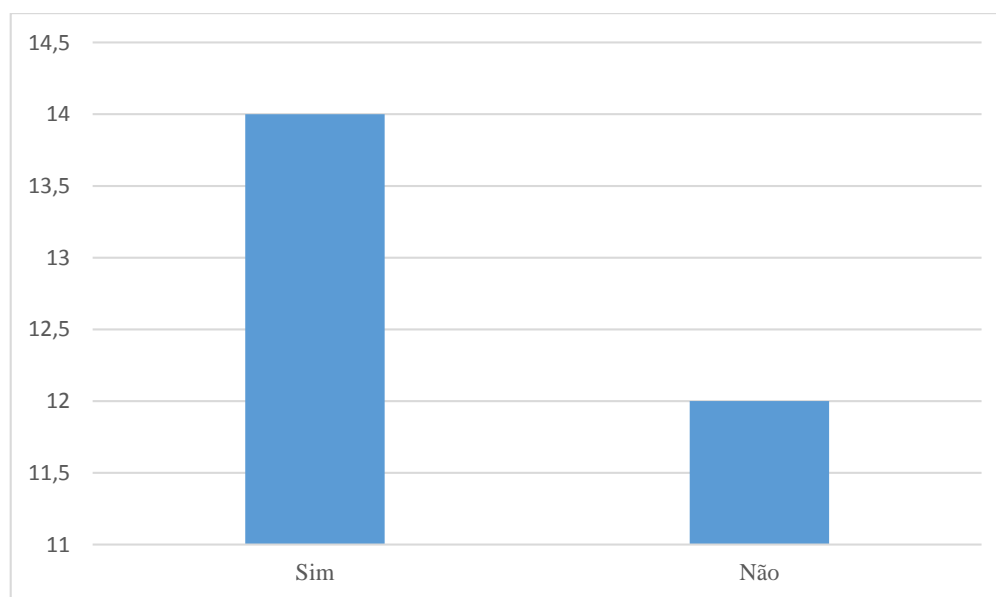
produtores o termo orgânico é somente quando não é usado defensivos agrícolas, porém para ser certificado, temos uma série de etapas a serem cumpridas pelos produtos. Mas isso já pode-se considerar como uma oportunidade para o assentamento.

A lei 10.831/2003, que dispõe sobre os produtos orgânicos, traz em seu primeiro artigo o objetivo claro que é a sustentabilidade econômica e ecológica e mais benefício social e empregando métodos culturais, biológicos e mecânicos para não ser usados produtos sintéticos em qualquer fase da produção e processamento (BRASIL, 2003).

Como mencionado acima, nos pontos fortes, a maioria dos produtores não vende seus produtos para a merenda escolar, visto que não são portadores da DAP. Neste caso, somente um produtor diz que vende para a merenda escolar. Como citado no capítulo 2.2.1, existem os órgãos de fiscalização em cada etapa do PNAE e, em caso de alguma denúncia, deve-se acionar o MPF.

Quando perguntados sobre possuir PRONAF, 14 produtores responderam que possuem ou possuíram o financiamento para capitalização da propriedade.

Gráfico 4: Possui PRONAF para capitalização da propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor 2021

Este gráfico vai de encontro com a pergunta sobre possuir ou não a DAP, na ocasião 20 produtores responderam que não possuem a declaração e com isso não é possível ter acesso ao Pronaf. Portanto, o que pode ser considerado nesta questão é que a maioria já fez algum tipo de financiamento, podendo ser outra modalidade de financiamento e não o Pronaf.

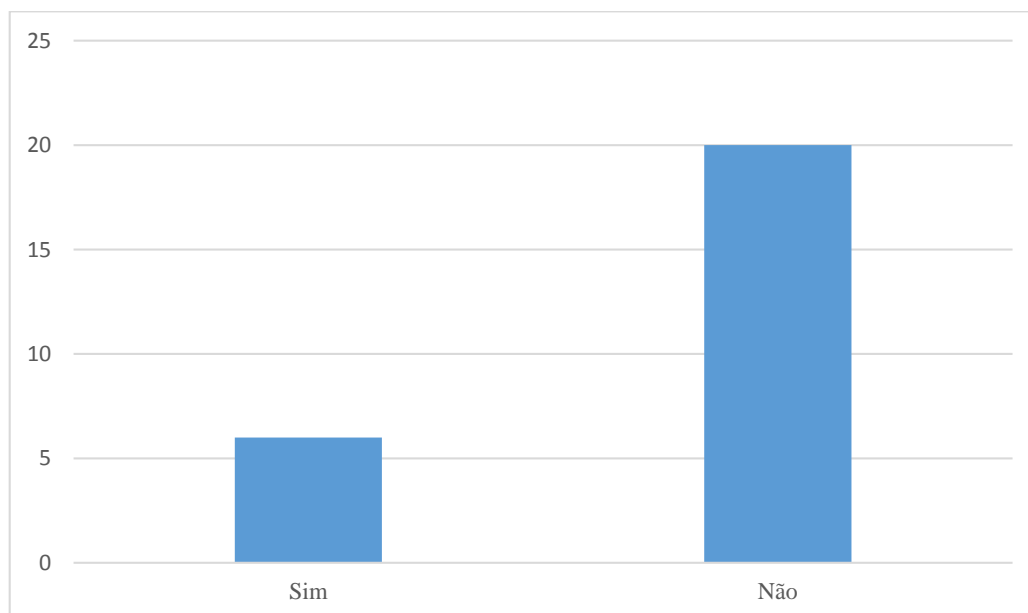
A maioria dos produtores, 22 produtores pesquisados, diz que possuem conhecimentos da RURALTINS. Alguns “deles vão até o órgão com grande frequência” e outros “só foram uma ou duas vezes quando precisaram”. O intuito dessa pergunta foi para analisar se o produtor sabe que possui um ponto de apoio para questões.

Quanto à venda de produtos para a merenda escolar, 20 produtores responderam ter conhecimento sobre a merenda escolar, sabem que podem vender seus produtos e até tem interesse participar desse programa, porém devido à burocracia e dificuldades para a entrega dos produtos, preferem não fazer parte do processo. Isso é a oportunidade que deve ser considerada e aproveitada para o desenvolvimento do local.

- Pontos Fracos

Na pergunta “se o produtor está pagando algum empréstimo”, esta convergiu com a pergunta sobre o produtor possuir ou não a DAP que o tornaria apto ao PRONAF. Na ocasião, as respostas foram que 20 produtores não possuíam a declaração. No caso de estar pagando empréstimo, 6 produtores falaram que não estão pagando nenhum financiamento.

Gráfico 5: Paga juros de algum empréstimo



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Um dado importante para os produtores é que a maioria não possui empréstimo. Neste caso, a declaração seria uma forma do produtor ir em busca de um Pronaf para modernizar sua propriedade e melhorar sua produção e conseguir atender aos programas do PAA.

Qualquer empresa tem a necessidade de treinamentos de seus colaboradores. Quando perguntados se fez algum curso para melhoria da qualidade dos produtos, 18 produtores responderam que não fizeram nenhum curso. Isso pode representar além de um ponto fraco, uma ameaça para a permanência do produtor no campo e como potencial vendedor de seus produtos para a merenda escolar. De acordo com o Censo 2017, a agricultura familiar perdeu 2,2 milhões de trabalhadores por motivos de envelhecimento dos chefes de famílias e pelos os filhos não ficarem nas mesmas atividades dos pais (IBGE, 2017).

Quando perguntado sobre a produção de orgânicos como oportunidade, na ocasião 14 produtores responderam que possuíam produtos orgânicos. Quando abordados sobre possuir certificação de produtos orgânicos, 22 produtores responderam que não possuem, ou seja, não podem vender seus produtos como orgânicos. Esse é um ponto fraco que seria de fácil solução caso os produtores não utilizem defensivos agrícolas.

A maioria dos produtores estão cientes que possui grande quantidade de concorrentes, pois 20 responderam positivamente e somente 6 produtores responderam que não consideram que possuem grande número de concorrentes. Os produtores estão conscientes que uma forma de resolver a situação da concorrência seria os produtores venderem seus produtos na forma cooperativa ou associativa.

A respeito de possuir internet na propriedade, 20 produtores responderam que possuem e somente 6 falaram que ainda não, porém está em fase de implantação da internet. Isso se torna um ponto positivo para um eventual contato com o produtor em caso de vendas para seus clientes.

Dentre os produtos produzidos na propriedade que serão abordados mais adiante, uma pergunta à parte foi se o produtor possui galinha caipira para venda, já que é uma carne apreciada aqui na região, sendo de fácil venda. Somente 14 dos produtores responderam positivamente sobre ter galinha caipira para venda. Um dos produtores pediu ajuda para alguém ensinar novos métodos sobre a criação.

Um dado muito preocupante é a falta de controle financeiro e de produção da propriedade. Quando perguntados sobre o possuir controle financeiro, 16 produtores responderam que precisam de ajuda nessa área. Os outros dez produtores responderam que não falta o controle, porém falaram que não possuem nenhuma planilha sobre controle. Como a pesquisa é fiel às respostas, deixamos como sendo somente 16 produtores que falaram que não possuem.

Sobre padronização da produção, 22 agricultores responderam que não possuem padronização de nenhuma forma de seus produtos, isso mostra a forma rudimentar que é empregada na produção de seus produtos. Esse dado deverá ser mudado a partir do momento que os produtores começarem a fazer alguns cursos para a melhoria dos seus produtos. O problema, de acordo com alguns produtores, está ligado à questão da região não possuir atendimento com agrônomos e veterinários.

- Ameaças

No que se refere às ameaças, quando perguntados sobre a mecanização das culturas, nesse caso sempre foi detalhado que é sobre o plantio de uma eventual cultura, 16 produtores responderam que é mecanizada, porém não possui máquinas para isso, sempre que precisar, opta por pagar horas de trator. Podemos perceber que o lote do produtor pode possuir uma máquina para esse fim, mas nenhum deles possui tal maquinário. Isso pode se tornar uma ameaça, como um produtor mencionou, pois “nem sempre o trator está disponível quando é preciso”.

Uma ameaça muito preocupante é quando perguntado sobre os custos dos concorrentes ser mais baixo. Aqui, todos os produtores responderam que concordam que outros possuem menores custos para venda. Isso pode estar um pouco justificado pela própria distância do centro da cidade onde podem vender seus produtos. Todos concordam que os custos mais baixos dos concorrentes são prejudiciais ao poder de barganha. Também pode estar ligado à forma de levar seus produtos para a cidade, pois 22 produtores responderam que não é acessível o transporte para a cidade.

Quanto à fiscalização da produção vendida, somente 8 produtores afirmaram que tiveram uma fiscalização da sua produção. Em outro momento da pesquisa, 24 produtores falaram que a vigilância sanitária nunca embargou seus produtos. Esta pergunta tem relação com a venda dos produtos dos agricultores nas feiras, como poucos conseguem fazer as vendas, não há fiscalização de seus produtos.

Quando perguntados sobre novas exigências de regulamentação para vender seus produtos, 20 produtores sabem que existem exigências, mas não sabem quais são elas e onde são aplicadas.

Para a análise *SWOT*, foram destacados pontos fortes e oportunidades nas propriedades do assentamento, porém houve alguns pontos de melhorias que devem ser considerados e analisados. Na tabela a seguir está resumido os principais pontos:

Tabela 5: Análise SWOT do Assentamento Rio Preto

<p style="text-align: center;">Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - A maioria dos produtores são associados; - Mão de obra familiar; - Possuem clientes fidelizados; - Propriedades que podem ser mecanizadas; - Possuem formas de irrigação; - Possuem algum título da propriedade; - Possuem internet na propriedade; 	<p style="text-align: center;">Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não plantam o milho para os próprios animais; - Não produzem ovos caipira para venda; - Não possuem a DAP; - Não vendem para o programa da merenda escolar; - Não fazem cursos para melhorar a qualidade dos produtos; - Não possuem a certificação para produtos orgânicos; - Muitos concorrentes com menores custos; - Não possuem galinha caipira para venda; - Número significativo de produtores sem controle da produção e financeiro; - Sem padronização da produção; - Falta de profissionais como veterinários e agrônomos para dar assistências; - Fazem uso de defensivos agrícolas.
<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dependência de máquinas de terceiros para mecanização da propriedade; - Concorrentes com custo menor; - Não conhecer as novas exigências para vendas de seus produtos; - O transporte para levar seus produtos é precário. Na época das chuvas o problema se intensifica. 	<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possuem possibilidade de produzir produtos orgânicos; - Um número considerável já buscou algum PRONAF para capitalização; - Possuem conhecimento do RURALTINS para buscar profissionalizar seus trabalhos; - A maioria tem interesse de vender para o programa da merenda escolar;

Fonte: Elaborado pelo autor 2021

A função da Análise SWOT, segundo Chiavenato e Sapiro (2003) é fazer o cruzamento das oportunidades e ameaças externas com os pontos fortes e fracos. Desta forma, consegue-se fazer uma gestão estratégica mais competitiva. Nesta análise SOWT podemos perceber que os pontos fortes, se bem explorados, podem superar os pontos fracos, pois os produtores já possuem uma associação, clientes fidelizados e possibilidade de irrigação. Uma oportunidade que precisa ser explorada pelos produtores é a busca de uma certificação de produtos orgânicos.

Esse é mais um benefício da DAP. Porém, para que haja a melhora nas propriedades e produtos, os produtores precisam fazer o uso do PDCA que tem como objetivo a melhora dos processos de uma aplicação de melhoria em determinada organização.

- Ferramenta Ciclo PDCA

Para conhecer mais sobre os assentamentos, utilizamos a ferramenta de gestão PDCA. Como mencionado na metodologia, esta ferramenta auxilia na solução dos problemas de uma organização. Para tanto, foi elaborado um questionário utilizando essa ferramenta como descrito a seguir:

A Identificação do Problema: como o primeiro passo da ferramenta é sobre o planejamento, após identificar os problemas que os agricultores familiares enfrentam no cotidiano, no que se refere à venda de seus produtos, e como é possível levar uma solução que já está no mercado.

O problema foi identificado por meio de informações de compradores de escolas que tinham dificuldade para adquirir seus produtos para a merenda escolar e, assim, conseguir aplicar os 30% que a Lei do PNAE exige. Após identificado, foi elaborado um questionário com perguntas para conhecer o perfil das propriedades e dos produtores e analisar quais são os motivos que esses agricultores não dispunham de uma declaração que os tornam aptos para vender seus produtos ao PAA.

A Observação do Problema: Após a análise do questionário respondido, verificou-se que a grande maioria dos produtores, 20 de um total de 26 pesquisados não possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf. Desta forma, os produtores não estão aptos para vender os produtos para o PNAE, visto que a pesquisa demonstra interesse da maioria em querer vender seus produtos ao programa. Um dos benefícios da DAP é tornar o produtor apto a várias linhas de crédito do Pronaf, Cursos profissionalizantes e Comercialização de alimentos pelos PNAE.

Outra questão que foi observada é a pouca diversidade das culturas produzidas pelos agricultores neste assentamento. Observou-se que, o que pode estar fazendo falta para eles, é alguma iniciativa em levar palestras informativas sobre o que podem plantar e vender para programas do governos e feiras livres. Desta forma, com o conhecimento adequado aos programas, poderão atender à solicitação dos editais das entidades compradoras para poder ter disponível os produtos solicitados pelas entidades.

A Descoberta das Causas: Como o questionário aplicado aos agricultores foi, em sua maioria, somente para ele responder sim ou não, ao final da pesquisa o produtor era livre para

fazer alguma consideração se julgasse necessário, sempre com o foco voltado para o PNAE. Segue alguns dos comentários, porém os autores preferem não serem identificados:

“O mais difícil é que a gente faz contrato com a SEMED é na hora de comprar os produtos que estão no contrato, eles falam que já compraram e não precisam mais. A prefeitura é da mesma forma”.

“Eu até tinha, mas nunca me procuraram para vender aí eu desisti”.

“Acho muito complicado nós vender pra eles”.

“Eu já tinha mas nunca vendi nada. Aí nunca renovei”.

Com alguns destes relatos, podemos perceber que a lei n 10.696 de 2003 não está sendo cumprido com uma de suas principais finalidades que é incentivar a agricultura familiar (BRASIL, [2012?]). Percebe-se que está faltando uma ponte entre as entidades compradoras e o produtor. Estas entidades só conseguirão entrar em contato com o produtor a partir do momento que este possui a DAP.

Uma situação que ficou clara nos questionamentos foi a forma de locomoção que os produtores tem no assentamento. A forma mais usada são as motocicletas e, neste caso, o uso de capacetes é quase nulo, mesmo todos sabendo dos benefícios que ele traz. É normal o uso de motocicletas até para fazer o trabalho de campo com o gado, dispensando o cavalo. Entretanto, o transporte até a cidade para trazer os produtos se dá por ônibus. Quando os produtores têm algo para trazer, na sua maioria farinha de mandioca, existem duas opções: carona em camionetes ou no bagageiro do ônibus.

O Plano de Ação: Como ação voltada para diminuir os problemas enfrentados pelos produtores, primeiramente propomos ministrar palestras sobre o PNAE, economia social e agricultura familiar para os produtores por intermédio do Núcleo de Práticas de Gestão e sobre o PAA, esta executada em parceria com o RURALTINS.

Como a pesquisa retornou com uma amostra onde vários agricultores familiares não possuem a DAP, foi elaborado um manual de simples compreensão para os produtores seguirem os passos propostos para buscarem a adesão à declaração e estarem aptos para venderem seus produtos aos órgãos que solicitarem através dos programas do PAA.

Colocando o Plano de Ação na Prática: Serão ministradas palestras, quando os produtores estarão reunidos, de preferência em uma assembleia geral. Para essa atividade, o Núcleo de Práticas de Gestão se disponibilizou para fazer as palestras aproveitando a

participação de acadêmicos dos cursos de Administração e Gestão Financeira da Faculdade Católica Dom Orione, levando assim os acadêmicos para uma aula prática e com um imenso benefício aos agricultores. As palestras irão abordar os assuntos sobre economia social e agricultura familiar. Devido às regras do distanciamento social da pandemia, não foi possível fazer as palestras, neste sentido, estarão na agenda para serem executadas no primeiro semestre de 2022.

Para ver a eficácia do manual, realizou-se um pré-teste, onde foi escolhido aleatoriamente dois agricultores que responderam o questionário e não possuíam a DAP, para ver se conseguiam a declaração somente acompanhando o que o manual expõe. O manual descreve quais documentos o produtor precisa e onde ele deve ir para solicitar a DAP. A partir do momento que o produtor está com o documento em mãos, ele poderá ir em busca de informações sobre os editais abertos para vender seus produtos.

O contato com esses produtores foi por aplicativo de mensagens e após a conclusão dos passos que estão no manual, foi verificado como se deu o processo: o produtor conseguiu ou não a DAP. Neste momento, será o próximo passo do PDCA.

Verificação do Plano: após os feedbacks dos produtores, verificou-se quais foram as suas maiores dificuldades de conseguir a declaração e desta forma analisar se o manual foi efetivo. Com as ponderações dos produtores, foi efetuado um diagnóstico no manual para analisar em que eram necessárias intervenções para ser melhorado ainda mais. Esse passo se deu em forma de entrevista com os produtores. Foi analisado também se o produtor já possuía conhecimento sobre os benefícios do Pronaf e se ele já possuía conhecimento que poderia efetuar a venda dos seus produtos para os órgãos públicos. Com essas últimas alterações do manual, acredita-se que a leitura ficou de maior facilidade para os agricultores.

A Padronização: feito os últimos ajustes no manual, será possível distribuir para mais produtores que não possuíam a declaração e acompanhá-los para fazer os possíveis ajustes no manual.

A Conclusão: mesmo com a conclusão do manual e sua aplicação, será disponibilizado um contato para maiores esclarecimentos sobre o passo a passo que o produtor deve seguir para se adequar ao PAA. Esses contatos poderão ser do RURALTINS que já dá o apoio aos agricultores.

5.1.4 Informações sobre o manual

O foco do plano de ação foi a elaboração de um manual de fácil entendimento para os produtores ficarem aptos sobre o programa da merenda escolar. Neste manual, foi resumido, de forma simples e atrativa, para abordar os passos para os produtores conseguirem a DAP, que é o primeiro passo para a aptidão ao programa. Munidos desse manual, os produtores poderão ir em busca de crédito do PRONAF para começarem o plantio de produtos que poderão vender aos programas e atender à prefeitura e modernizar suas ferramentas de trabalho.

O objetivo do manual é mostrar a importância e os benefícios ao agricultor familiar, quando está de posse da DAP e, assim, poder ter acesso ao PRONAF e suas linhas de financiamento, além de ficar informado que poderá vender seus produtos às entidades compradoras como prefeitura, Seagro, Ruraltins.

Neste manual, foram inseridas informações sobre o que é a DAP, com vistas a informar ao agricultor que não tem custos para ele conseguir esta declaração. Informa também se o agricultor possui as prerrogativas para obter a declaração; mostra ainda quais documentos que o produtor precisa levar até o órgão emissor e quais os locais que ele deve iniciar as tratativas, contendo o telefone e o endereço em caso do produtor querer ir presencialmente.

Também é informado sobre os benefícios que ele pode ter ao possuir a DAP, não só para vender seus produtos ao PAA, mas também ter acesso às linhas de crédito, certificação de produtos e cursos profissionalizantes. É mostrado ao agricultor quais são os passos para vender seus produtos aos programas do governo e como estar informado quando poderá vender seus produtos, quais são os produtos que poderá vender, a quem poderá vender e por fim, quanto vai receber pelos produtos vendidos.

O manual não é somente de informações dos benefícios. Nele é mostrado o passo a passo para o produtor conseguir esse documento tão importante para o agricultor familiar. Também é mostrado os benefícios do PRONAF para o produtor aumentar sua produção e onde entregar a produção que foi solicitada no edital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito da presente dissertação foi discutir sobre a agricultura familiar e sua importância no cenário mundial como uma possível alternativa para sanar a fome no mundo, empregabilidade e geração de renda aos envolvidos. Para tanto, buscou-se compreender os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, junto aos agricultores familiares da região norte

do Estado do Tocantins. Como produto final, teve-se a produção de uma Cartilha simplificada (conforme anexo), que auxiliará o agricultor familiar a tornar-se apto para vender seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Acerca dos dados, é possível afirmar, com base nas respostas do questionário aplicado aos produtores rurais, que um dos grandes desafios enfrentados por eles não reside no plantio, colheita, aplicação de defensivos ou correção do solo, mas especialmente nas etapas que se referem ao destino final da produção, ou seja, o consumidor final. A falta de opção em torno da comercialização dos produtos afeta a renda do produtor. Embora a prefeitura tenha um cadastro com os dados de alguns produtores familiares, ainda é pouco, considerando o efetivo de produtores que existe na região.

Um dos pontos negativos percebidos, e que reforça a necessidade de pesquisas que envolvam o agricultor familiar, é quanto às exigências legais à comercialização de seus produtos, pois esses demonstraram pouca ou nenhuma informação de como proceder para regularizar a situação. Nesse sentido, a pouca ou nenhuma escolaridade afeta esse entendimento e favorece a continuidade da irregularidade e/ou não possibilidade de comercialização e expansão dos produtos.

Com a presente pesquisa, é possível notar que cada vez mais há demandas em torno da alimentação devido ao aumento populacional e crescimento da renda *per capita* em muitos países. Esses argumentos reforçam a importância de se debater sobre incentivos inerentes à agricultura familiar e justificam ainda mais a presente pesquisa.

Importante destacara existência de projetos ligados aos incentivos para com a agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), esse busca incentivar a renda e melhoria da mão-de-obra familiar por meio de financiamentos de atividades e serviços com juros reduzidos. Em um viés mais social, pode-se destacar o projeto para agricultores familiares e famílias de baixa renda “Campo e Favela”, criado por professores em parceria com alunos do Instituto de Ensino e Pesquisa de São Paulo – INSPER, onde angariam dinheiro pela internet e assim compram produtos de pequenos produtores e distribuem para regiões pobres (GLOBO RURAL, 2020).

Vimos também que a agricultura familiar tem sido a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, abrangendo famílias assentadas por programas de reforma agrária, famílias de Pescadores Artesanais, famílias de Quilombolas, famílias Indígenas, famílias de Seringueiros, Ribeirinhos, Extrativistas e Atingidos por barragens.

Entretanto, esse dado começa a preocupar em decorrência do êxodo rural que tem crescido dia após dia.

No quesito oportunidade, verificou-se que 14 (quatorze) produtores familiares já trabalham com produção de alimentos orgânicos. No entanto, 22 (vinte e dois) não têm certificação. Como consequência, não podem vender seus produtos como orgânicos. A não regularização afeta os ganhos desses produtores familiares, pois o consumo de produtos orgânicos tem crescido, sendo uma tendência internacional, devido serem produtos associados a maiores níveis de segurança e saúde e ainda contribuem com o meio ambiente.

Em se tratando de concorrência, viu-se que 20 (vinte) produtores acreditam que haja alguma concorrência em torno da comercialização dos produtos, somente 6 (seis) produtores responderam que não consideram possuir grande número de concorrentes. Em uma análise mais apurada, é relevante levar em conta o diferencial de cada produtor familiar, seja em termos de valores de ofertas, quantidade e qualidade dos produtos, se regularizados do ponto de vista das certificações, maquinários, entre outros. Ou seja, considerando as respostas coletadas no questionário, existem vários aspectos que podem e devem ser melhorados para que tenha uma concorrência justa entre os produtores familiares.

Já em se tratando de internet, a maioria dos agricultores familiares afirmaram já possuí-la e/ou estarem implantando. Isso é um dado animador, pois sabe-se que a população mundial continua crescendo, e isso exige que a agricultura também avance, e passe para o que se chama de agricultura 4.0. Ou seja, a inserção de novas tecnologias de informação chegue ao campo e auxilie o produtor nos processos, incluindo o acesso até a chegada ao consumidor final.

Por outro lado, um dado preocupante é quanto à padronização dos procedimentos, que envolve desde o controle financeiro até a produção. Ficou claro que muitas etapas são trabalhadas de forma rudimentar. Acredita-se que esse aspecto negativo pode ser sanado através da oferta de cursos e capacitações, lembrando que a maioria dos produtores familiares tem pouca ou nenhuma escolaridade.

Outro elemento desfavorável, e que afeta o poderio financeiro dos produtores familiares, é quanto ao maquinário, pois, embora o plantio exija o uso de máquinas, esses não as possuem, tendo que optar por pagarem horas pelo uso, a exemplo de tratores. O traslado dos produtos também é elemento desfavorável na hora de os produtores familiares chegarem ao consumidor final. Nesse sentido, os ônibus, motocicletas, caronas, entre outros são aproveitados para que as entregas aconteçam.

Outro dado que deve ser observado e ajustado é quanto ao auxílio de profissionais como veterinários e agrônomos para dar assistências nas propriedades. Vimos também que muitos produtores familiares ainda fazem uso de defensivos agrícolas, o que afeta, em algum grau, tanto a qualidade do alimento, quanto contamina o solo e as nascentes que possam existir próximo as plantações.

Notou-se, com base nos dados, que existe alguns aspectos que podem ser implementados visando melhorias para os produtores familiares como plantio próprio de milho, visando à alimentação dos animais; comercialização de ovos caipira; regularização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para que possam ter acesso a políticas de incentivos à produção e geração de renda. Embora alguns dos produtores rurais familiares admitam que buscaram outrora esse incentivo.

Com base na análise dos dados, pode-se concluir que existe um mercado consumidor em expansão e que há uma demanda cada dia mais crescente visando os agricultores familiares. No entanto, ainda existem muitos desafios que se colocam e que precisam ser transpostos para que a agricultura familiar possa ter resultados maiores e efetivos. É fundamental que os agricultores familiares busquem formas de capacitação e implementem políticas de parcerias que os permita romper as barreiras da informalidade.

Com o resultado da pesquisa, podemos perceber que em resposta à problemática levantada na pesquisa, um dos motivos que os produtores não fazem a venda de seus produtos ao PNAE, é por não possuir a DAP. Quando perguntados sobre possuir ou não a declaração, vinte agricultores familiares responderam que não possuem a declaração. Neste sentido, se faz necessário que o produtor possa ter em mãos um manual que mostra as vantagens de possuir a declaração e que o direcione para adquirir. De acordo com o relato de alguns produtores, um dos problemas é a burocracia enfrentada para adquirir a declaração. Outros ainda não vão em busca de adequação para a venda devido não ter conhecimento do assunto. Percebeu-se que pode haver uma falha de comunicação dos órgãos compradores e os produtores, pois alguns até tinham a declaração, mas não renovaram, visto que nunca foram procurados para negociação.

Os objetivos propostos foram atendidos com a análise SWOT do assentamento, levantando os pontos fortes e destacando os pontos fracos. Em uma análise preliminar, vimos que mesmo os pontos fracos sendo em maior número, eles podem ser superados com alguns ajustes e correções nas ameaças. Para atender a esses pontos levantados na análise, é proposto um manual com passos de simples entendimento para adaptação dos agricultores para

adquirirem a Declaração de Aptidão ao Pronaf e assim poderem efetuar a venda de seus produtos.

Foi destacada ainda a ferramenta do PDCA para descobrir as causas de possíveis problemas que o produtor enfrenta para vender seus produtos às entidades compradoras. O estudo para a implantação do manual proposto, porém, ficou limitado para efetuar o ciclo completo da ferramenta por questões do distanciamento ocorrido devido à pandemia.

Para tanto, sugere-se continuidade aos estudos sob um olhar dos órgãos compradores. Uma forma de comunicação mais eficiente entre o comprador e o vendedor, neste caso o produtor rural. Como a pesquisa retornou com a maioria dos produtores já tem acesso à internet, sugere-se o uso de algum aplicativo que possa fazer essa ponte entre as partes. Nesse sentido, foi pensada uma forma de comunicação direta com os produtores rurais, onde o mesmo, por meio do aplicativo saberá sobre o edital lançado, onde constará quais são os produtos e quantidades que estão sendo solicitadas naquele edital.

REFERÊNCIAS

- ANDINO, Karla. **Experiencias de Compras Públicas a La Agricultura Familiar en Países de Centroamérica Y América del Sur**. Santiago: FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y Agricultura, 2015.
- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. **Dimensões e espaços da inovação social**. Finisterra: Revista portuguesa de geografia, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.
- ARAGUAÍNA (Município). Portaria 309, de 09 de novembro de 2020. **Diário Oficial de Araguaína**. Poder Executivo, Araguaína TO, ano 9, n. 2.18, p. 1, 18, nov. 2020. Disponível em: <https://diariooficial.araguaina.to.gov.br/Arquivo/DiarioOficial/pdf/2185.pdf>. Acesso em 03 mar 2021.
- ARAGUAÍNA. Prefeitura Municipal. **Turismo**. 2021. Disponível em: <https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- AOYAMA, Y., PARTHASARATHY, B.: *The Rise of the Hybrid Domain: Collaborative Governance for Social Innovation*. Edward Elgar, New York, London (2017)
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Portugal. Editora 70, 1977.
- BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 10nov.2021.
- BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Agricultura Familiar**. Disponível em: www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125. Acesso em: 24 jun.2020.
- BRASIL. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Dispõe sobre Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF, 30 maio 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.
- BRASIL. Governo do Brasil. **Inscriver Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-imovel-rural-no-cadastro-ambiental-rural-car>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF, 2 jul. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF, 23dez. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em: 10nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário.** 2020. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/plano-safra-2019-2020-entra-em-vigor-nesta-segunda-feira>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Brasília, DF, [2012?]. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT. Coordenação-Geral de Implantação - DTI – SIPRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação,** Brasília, DF: INCRA, 4 mar. 2021. 333 p. Sistema: SIPRA. Fonte: SDM. Relatório: Rel_0227. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. SESAN Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização de Produção Familiar. DECOM Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão.** Brasília, DF: [MDS], fev. 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf#:~:text=O%20Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20PAA%20foi%20criado%20pelo,e%20incentivar%20a%20agricultura%20familiar. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização de Produção Familiar – DECOM. Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. **Orientações e Marco Legal.** Edição Revisada e Atualizada. Brasília, DF: [MDS], abr. 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SESAN_Orientac%CC%A7o%CC%83es_Marco_Legal_PAA.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Catálogo de produtos ofertados pela agricultura familiar**. -- Brasília, DF:Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sobre o Pnae**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. PNAE > Eixos de Atuação > Centros Colaboradores e Uae. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-centros-colaboradores-e-uae>. Acesso em: 15 05 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/455-governo-1745665505/ogaos-vinculados-627285149/20519-fnde-fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao>. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRUTTO, Luiz Fernando Guimarães; ALVES, Paulo Sérgio Candido. **Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2014.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Controle da Qualidade Total**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 3ª edição, 1992

CARVALHO, Hélio Gomes de; REIS, Dálcio Roberto dos; CAVALCANTE, Márcia Beatriz. **Gestão da inovação**. Curitiba, PR: Aymarã Educação, 2011. 136 p.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CERVANTES-ZAPANA, Mirian *et al.* Benefits of public procurement from family farming in Latin-AMERICAN countries: identification and prioritization. **Journal Of Cleaner Production**, v. 277, p. 123466-123565, dez. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652620335113>. Acesso em: 4 fev. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração, teoria, processo e prática**. 5ª Ed. Barueri, (SP): Manole, 2014. 468 p.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. 1. ed. 13º tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento**, v. 27. Brasília: Conab, 2020

DENNIS, Pascal. **Produção Lean Simplificada**: um guia para entender o sistema de produção mais poderoso do mundo. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y AGRICULTURA. **¿Por qué es importante la innovación?** Disponível em: <http://www.fao.org/innovation/es/>. Acesso em: 02/03/2021

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y AGRICULTURA. **Las compras públicas a la agricultura familiar y la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe. Lecciones aprendidas y experiencias**. Santiago, 2015.

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y AGRICULTURA. **World Agriculture Watch**. Disponível em: <http://www.fao.org/world-agriculture-watch/tools-and-methodologies/definitions-and-operational-perspectives/family-farms/en/>. Acesso em: 12/05/2021

FERRO, Lisandra Lustoza et al. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFT) no Estado do Tocantins. **Extensio**: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 76-88, 2019. ISSN 1807-0221. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2019v16n32p76>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2019v16n32p76>. Acesso em: 12 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODMAN, L.A. **Snowball sampling**. Annals of Mathematical Statistics, v.32, n.1, p.148-170.

GOMES, Ludmir dos Santos; BEZERRA, José Arimatea Barros. **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL: O CASO DA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR**. EDUCAÇÃO & FORMAÇÃO Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, v. 4, n. 11, p. 97-116, maio/ago. 2019

GLOBO RURAL. **Projetos sociais**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 21 jun. 2020. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8641548/?s=0s> Acesso em: 07 fev. 2021.

HAMERSCHMIDT, Iniberto; OLIVEIRA, Stela de. **Alimentação saudável e sustentabilidade ambiental nas escolas do Paraná**. Curitiba. Instituto Emater. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos Tocantins. 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html?localidade=17. Acesso em: 05 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos Tocantins. 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 01 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Araguaína, Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JORGE, Miguel. Prefácio. In: ARBIX, Glauco et al. (Org.). **Inovação**: estratégias de sete países. Brasília: ABDI, 2010. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/inovacaoestrategiasdesetepaises.pdf>>. Acesso em: 17 mai 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI. M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva. M. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1997.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, vol. 22 N.1 de 2019.

MONTEIRO, Lídia Cruzetta; JACOSKI, Claudio Alcides; POLI, Odilon Luiz. **Tecnologias e permanência de jovens na agricultura: uma análise dos agricultores familiares do Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE)**. COLOQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 17, n. 3, jul./set. 2020

MENDONÇA; Gustavo Henrique. Mundo educação. **Tocantins**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/tocantins.htm>. Acessado em: 10 jun. 2021

MURRAY, R., CAULIER-GRICE, J., & MULGAN, G. The open book of social innovation. London: The Young Foundation, 2010.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. São Paulo: USP, 2001.

OCDE. Manual de Oslo. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. Publicado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) 3ª Ed. 1997

OLIVEIRA, J. F. de; SILVA, E. A. da. **Gestão organizacional: descobrindo uma chave de sucesso para os negócios**. São Paulo: Saraiva, 2006

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Transição do Norte de Goiás ao Território do Estado do Tocantins. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 07, n.12, abr./jul. de 2018.

OLIVEIRA; Walber Machado de. VIEIRA FILHO; José Eustáquio Ribeiro. Sucessão dos negócios na Agricultura: experiências internacionais e políticas públicas. Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF, Organização das Nações Unidas, c2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PAGANINI, Sergio. **Las Compras Públicas a La Agricultura Familiar Y La Seguridad Alimentaria Y Nutricional en América Latina y El Caribe: lecciones aprendidas**. Santiago: FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y Agricultura, 2015.

PAIS. Produção Agroecológica Integrada E Sustentável. **Cartilha passo-a-passo**. 3. ed. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

PEINADO, Jurandir; GRAEML, **Alexandre Reis**. **Administração da produção: operações industriais e de serviços**. Curitiba: Unicen. P, 2007. 750 p.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Administração estratégica**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração- UFSC, Brasília: CAPES: UAB, 2011.

SCHMITZ. Heribert; MOTA. Dalva Maria da. Agricultura Familiar: Categoria Teórica e/ou de Ação Política?. **Fragmentos de Cultura**, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, nov./dez. 2006.

SCHUMPETER, J.A. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard University. p.244, 1934.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Agricultura familiar conquista espaço nas compras públicas**. 2016 . Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/agricultura-familiar-conquista-espaco-nas-compras-publicas,79386516c4396410VgnVCM2000003c74010aRCRD#:~:text=A%20agricultura%20familiar%20%C3%A9%20a,as%20prefeituras%20de%20seus%20munic%C3%ADpios>. Acessado em: 31/03/2021.

SERRA, F.; TORRES, M. C. S. & TORRES, A. P. **Administração Estratégica**. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2004

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, Versão 1.0. 8 fev. 2021. Tocantins. Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SHUKLA, An. *et al.* Family farming the way of life in the context of Indian agriculture. **Journal of Pharmacognosy and Phytochemistry**. fev. 2020. Disponível em: <https://www.phytojournal.com/special-issue?year=2020&vol=9&issue=2S&ArticleId=11755>. Acesso em: 04 fev. 2021.

SILVA, Maria Sonia Lopes da; OLIVEIRA NETO Manoel Batista de. AGEITEC – Agencia Embrapa de informação tecnológica. **Argissolos Vermelho-Amarelos**. 2011. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CO NT000gt7eon7k02wx7ha087apz2axe8nfr.html. Acessado em: 20 Jul 2021

SPAGNOLI, Luisa; MUNDULA, Luigi. **The family farming**: a traditional model to foster the agriculture innovation.2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319862753_The_family_farming_A_traditional_model_to_foster_the_agriculture_innovation. Acesso em: 05 jan. 2021.

TOCANTINS. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura – SEAGRO. **Agricultura familiar**. 2021. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br/agricultura-familiar/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento – SEPLAN. **Mapas Versão 2019**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/mapas-versao-2019/6qy2chgls1uu>. Acessado em: 20 Jul 2021.

VERDÉLIO, Andreia. FAO lança campanha Fome Zero para erradicar a fome até 2030. **Agência Brasil**, 01 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/fao-lanca-campanha-fome-zero-para-erradicar-fome-ate-2030>. Acesso em: 01 fev. 2021.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia (org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos de Censo Agropecuário**. Brasília: Ipea, 2020. 410 p.

WEATHER Spark. **Clima e condições meteorológicas médias em Tocantins no ano todo**. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/30581/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Tocantins-Brasil-durante-o-ano>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava; CALEMAN, Silvia M. de Queiroz. Organizadores. **Gestão de Sistemas de Agronegócios**. São Paulo editora atlas S.A Livro 1.indb iii 4/5/, p. 46:11

Apêndice A

Entrevista com produtor

Nome: _____

	Sim	Não	Não se Aplica
Faz parte de alguma Associação ou cooperativas em atuação?			
O transporte para trazer os produtos é acessível?			
O armazenamento dos seus produtos é de fácil acesso?			
Possui possibilidade de irrigação?			
Já pensou na possibilidade de produzir produtos orgânicos?			
Pontos Fortes			
Considera sua área rural próxima da cidade?			
Tamanho da área rural _____ Hectares			
Produz a própria ração? Planta o milho para animais.			
Mão-de-obra familiar? Emprega funcionários?			
Possui cliente fidelizado para seus produtos?			
Produz ovos caipira e vende?			
Sua propriedade possui baixa necessidade de mão-de-obra?			
Oportunidades			
Considera que a região cresceu para vender seus produtos (2 anos)			
Possui produtos orgânicos?			
Vende produtos para merenda escolar?			
Tem PRONAF como capitalização da propriedade?			
Pontos Fracos			
Fez algum empréstimo para expansão da produção?			
Paga juros de algum empréstimos?			
Fez alguns cursos para melhoria da qualidade dos produtos?			
Possui certificação para produtos orgânicos?			
Possui grande quantidade de concorrentes?			
Há deficiência tecnológica na propriedade? (internet)			
Possui galinhas caipira para venda?			
Falta de Controle financeiro e de produção?			
Falta de padronização das técnicas empregadas nas produções?			
Falta de profissional qualificado como veterinário e agrônomo?			
Dependência de fornecedor de insumos?			
Ameaças			
Mecanização da cultura? (total ou parcial)			
Novos concorrentes com menores custos?			
Houve fiscalização da produção vendida?			
A vigilância sanitária embargou algum produto para a venda?			
Novas exigências de regulamentação para vender produtos?			
Poder de barganha dos concorrentes para vender em maior quantidade?			

Questionário para entrevista

Nome: _____

Localidade: _____

Tamanho da Propriedade: _____

A propriedade é escriturada ou documento de Posse? _____

Possui Conhecimento da RURALTINS?

Sim Não Freqüente pouco Freqüente muito

Possui Declaração de Aptidão ao PRONAF?

Sim Não Estou tentando conseguir

Quantos membros na família?

Total

Quais são: _____

Escolaridade dos membros da família:

Pai: _____

Mãe: _____

Filhos: _____

Netos: _____

Possui celular com acesso à internet?

Sim Não

O que é produzido/criado na propriedade? Quantidade:

Possui alguma forma de irrigação da plantação?

Sim Não

Se sim, qual modelo de irrigação? _____

Faz uso de defensivo agrícola na plantação?

Sim Não

Se sim, qual defensivo? _____

Já ouviu falar sobre vender produtos para a merenda escolar?

Sim Não

Obs.: _____

Tem interesse em vender sua produção para atender ao programa da merenda escolar?

Sim Não

Obs.: _____

Já ouviu falar sobre o PRONAF?

Sim Não Já utilizo

Obs.: _____

Apêndice B

CANVAS

Parcerias Chave:	Atividades Chave:	Propostas de Valor:
1. PNAE	1. Agricultura Familiar	1. Venda de alimentos ao PAA
2. PAA	2. Merenda Escolar	2. Auxilio para conseguir DAP
3. Prefeitura	3. Compra Direta	3. PRONAF
Relacionamento:	Segmentos de Clientes:	
1. Manual de acesso a DAP	1. Escolas	
2. Compra Direta	2. Feiras livres	
	3. Prefeitura	
	4. Secretaria da educação	
Recursos Chave:		Canais:
1. Assentamento		1. Prefeitura
2. Agricultor		2. DAP
3. Alimentos		3. Contato direto
4. Merenda		4. Manual DAP
5. Programas governamentais		
Estrutura de Custos:	Fontes de Receita:	
1. Adubos	1. Venda do produtos	
2. Sementes	2. Repasse do PAA	
3. Transporte		

Apêndice C

Matriz de SWOT ou Matriz FOFA

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	<p>FORÇAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A maioria dos produtores são associados; - Mão de obra familiar; - Possuem clientes fidelizados; - Propriedades que podem ser mecanizadas; - Possuem formas de irrigação; - Possuem algum título da propriedade; - Possuem internet na propriedade; 	<p>FRAQUEZAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não plantam o milho para os próprios animais; - Não produzem ovos caipira para venda; - Não possuem a DAP; - Não vendem para o programa da merenda escolar; - Não fazem cursos para melhorar a qualidade dos produtos; - Não possuem a certificação para produtos orgânicos; - Muitos concorrentes com menores custos; - Não possuem galinha caipira para venda; - Número significativo de produtores sem controle da produção e financeiro; - Sem padronização da produção; - Falta de profissionais como veterinários e agrônomos para dar assistências; - Fazem uso de defensivos agrícolas.
EXTERNA (Ambiente)	<p>OPORTUNIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possuem possibilidade de produzir produtos orgânicos; - Um número considerável já buscou algum PRONAF para capitalização; - Possuem conhecimento do RURALTINS para buscar profissionalizar seus trabalhos; - A maioria tem interesse de vender para o programa da merenda escolar; 	<p>AMEAÇAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dependência de máquinas de terceiros para mecanização da propriedade; - Concorrentes com custo menor; - Não conhecer as novas exigências para vendas de seus produtos; - O transporte para levar seus produtos é precário. Na época das chuvas o problema se intensifica.

Apêndice D

Agricultura Familiar

MANUAL DAP



COMO CONSEGUIR A DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP

Elaboração: Edelvar Vicente Rippel

Orientação: Dra. Marli Vieira

Revisão: Liliane Morais

MANUAL DAP

COMO CONSEGUIR A

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP

Elaboração: Edelvar Vicente Rippel

Orientação: Dra. Marli Terezinha Vieira

Revisão: Liliane Morais

Dados da Catalogação *Anglo-American Cataloguing Rules – AACR2*

R593e

Rippel, Edelvar Vicente

Manual DAP: como conseguir a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP [recurso eletrônico]. / Edelvar Vicente Rippel. Orientação de Marli Terezinha Vieira. Revisão de Liliane Morais. Palmas, TO: [S. n], 2021.
18 f.; il. Color.

Produto da Dissertação de Mestrado do Profnit/UFT.

1. Agricultura Familiar - Manual. 2. Merenda Escolar. 3. PNAE. I. Vieira, Marli Terezinha. II. Morais, Liliane. III. Título.

CDD 338.198117
CDU 631.115.11 (811.7) (035)

Ficha Catalográfica elaborada por *Marcelo Neves Diniz* - CRB 2/1533.

Resolução CFB nº 184, de 29 de setembro de 2017.

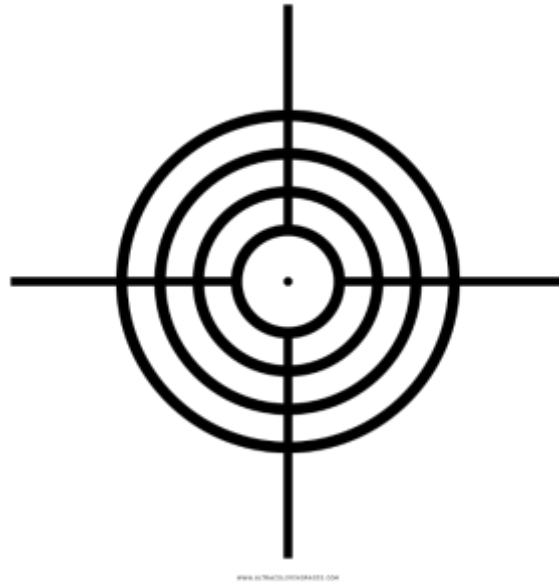
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Como referenciar este documento

RIPPEL, Edelvar Vicente. **Manual DAP**: como conseguir a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Orientadora: Marli Terezinha Vieira. Revisão de Liliane Morais. Palmas, TO: [S. n], 2021. 16 p. Produto da Dissertação de Mestrado do Profnit/UFT.

Objetivo do Manual

Este manual informativo tem como objetivo mostrar para o agricultor familiar a importância de possuir uma DAP e mostrar de forma simples como conseguir estar apto para venda de seus produtos para a alimentação escolar e conseguir financiamentos do PRONAF.



Fonte: www.ultracoloringpages.com

SUMÁRIO

- 1 *O que é DAP?*
 - 2 *Quem pode obter a DAP?*
 - 3 *Quais são os documentos que preciso ter?*
 - 4 *Onde solicitar a emissão da DAP?*
 - 5 *Quais são os benefícios que consigo acessar com a DAP?*
 - 6 *Como vender alimentos/produtos para alimentação nos programas do governo?*
 - 7 *Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE) – Agricultura Familiar: como estar informado quando posso vender os produtos? Quais os produtos que posso vender? Quem compra e quem paga meus produtos/alimentos?*
 - 8 *Passo a passo para venda no Programa de alimentação escolar – PNAE (agricultura familiar)*
 - 9 *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta*
 - 10 *Passo a passo para venda no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta*
 - 11 *Quais são os benefícios do PRONAF?*
- Referências*

1 – O que é DAP?

É a Declaração de Aptidão ao Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ela é como uma identidade dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e outros.

A DAP atualmente tem validade de 2 (dois) anos, assim, precisa ser atualizada para que o agricultor desfrute dos programas do governo.

A DAP É GRATUITA!

A VALIDADE DA DAP É DE DOIS ANO.



Fonte: www.gov.br

2 – Quem pode obter a DAP?



Fonte: Sebrae.com.br

Tem direito ao documento: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, beneficiários do programa nacional de crédito fundiário, indígenas, comunidades quilombolas, piscicultores, aquicultores, artesãos, quem vive do turismo rural, pescadores artesanais, silvicultores e extrativistas.

3 – Quais são os documentos/requisitos preciso ter?

- Área rural de até 4 módulos fiscais (no Tocantins é até 320 Hectares);
- Renda bruta anual de até R\$ 415 mil reais;
- Número de funcionários igual ou menor ao número de pessoas na família que trabalham;
- RG e CPF
- Documentos do cônjuge (marido / mulher), apenas se forem casados ou tiverem união estável;



Fonte: kontaazul.com.br

- Documento que comprovem a dominialidade da terra (Cessão de direito, Certidão do INCRA, Título paroquial, Contrato compra e venda, Contrato de arrendamento);
- Mapa e memorial descritivo;
- Comprovante de endereço;
- O técnico que fará a emissão pode solicitar documentos complementares.

4 - Onde solicitar a emissão da DAP?

- RURALTINS – (63) 3421-1408, nos escritórios localizados nas cidades
<https://www.to.gov.br/ruraltins/escritorios-locais/2m3yj9zczvrt>
- INCRA – Avenida Neief Murad, Lote 5-A, Quadra 01, 022, Araguaína – TO (63) 3414-8021
- SEAGRO – (63) 3218-2165 -
<https://www.to.gov.br/seagro/>
- SINDICATOS RURAIS – (63) 99919-7031 - 3416-0220 (Araguaína)

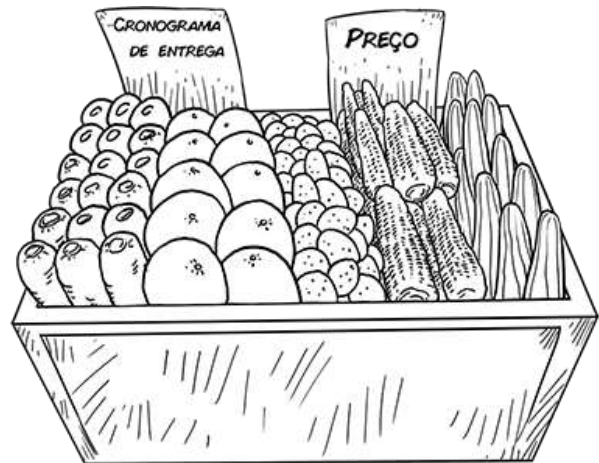


Fonte: <https://www.facebook.com/RuraltinsTocantins/>

5 - Quais são os benefícios que consigo com a DAP?

Com a DAP atualizada o (a) agricultor (a) pode ter acesso à:

- Linhas de crédito rural do PRONAF;
- Programa de habitação rural;
- Certificação de produtos;
- Cursos profissionalizantes;
- Comercialização de alimentos pelos Programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou Compra Direta, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou Agricultura Familiar e Venda de Balcão da CONAB;



Fonte: www.labtime.ufg.br

6 – Como vender alimentos/produtos para alimentação nos programas do governo?

Os programas governamentais de aquisição de alimentos/produtos para alimentação escolar e para entidades socioassistenciais que compram direto do agricultor familiar são o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Compra Direta) e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Agricultura Familiar).



Fonte: www.labtime.ufg.br

Para participar desses programas o agricultor deve ter sua identificação como agricultor familiar que é comprovado através da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, os agricultores familiares podem participar como fornecedores nesses programas de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, que através das entidades cadastradas recebem a doação de alimentos pelas unidades executoras no âmbito dos municípios, a participação do agricultor nesse programas de forma: Individual; em Grupos Informais ou Formais, sendo: individual detentores de DAP física; Grupos Informais detentores de DAP física organizados em grupos; Grupos Formais organização produtiva detentora de DAP Jurídica, podendo comercializar o limite de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) por Ano/unidade executora.

No Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conhecido como Compra Direta aquisição e doação simultânea, o agricultor participa apenas de forma individual e pode vender até o limite de R\$ 6.500,00 por Ano/unidade executora



Fonte: gartic.com.br

7 – Como participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Esse programa também é conhecido como agricultura familiar, é executado pelas secretarias municipais de educação dos municípios e pelas unidades de ensino estaduais e federais que também possuem autonomia para realizar os processos de aquisição de alimentos/produtos.

As secretarias municipais de educação ou unidades de ensino estadual e federal elaboram edital, este regulamenta todo o processo de compra dos alimentos da agricultura familiar que farão parte de alimentação escolar e nas entidades socioassistenciais.

Como estar informado quando posso vender os produtos?

O agricultor deve identificar e comparecer nas escolas em que pretende vender seus produtos/alimentos para buscar informações sobre a publicação dos editais.

Quais os produtos que posso vender?

Os produtos/alimentos que serão adquiridos ficam listados nos editais seguindo o cardápio elaborado por profissionais da nutrição, assim, cada edital elabora essa lista os produtos/alimentos em conformidade com a necessidade nutricional das crianças, adolescentes e outros atendidos nas entidades.



Fonte: br.freepik.com

Contrato deve estabelecer: cronograma de entrega dos produtos e a data de pagamento;

Entrega dos Produtos: Início da entrega dos produtos de acordo com o cronograma previsto no Contrato. Deve haver um Termo de Recebimento da agricultura familiar.

Quem compra e quem paga meus produtos/alimentos?

O financiamento de alimentação escolar é responsabilidade dos entes federados (Estados, DF, municípios). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é o responsável pela transferência de recursos financeiros, em caráter complementar, a estados, municípios e Distrito Federal, para auxiliá-los na oferta de alimentação escolar. Destes recursos repassados para os estado e municípios há a obrigatoriedade de adquirir 30% do valor com produtos da agricultura familiar.

O Governo Federal repassa valores conforme número de matriculados nas escolas, ou seja, há valores definidos para per capita conforme etapas de ensino. Por exemplo: Creche – R\$ 1,07, Pré-escola R\$ 0,53, Escolas de ensino fundamental e médio R\$ 0,36.

Tabela 1: Cálculo de repasse dos recursos financeiros

CÁLCULO DE REPASSE PER CAPITA	
Número de dias letivos X números de alunos X per capita = Repasse	
Etapas de Ensino	Per Capita
Creche	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino Integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53

Fonte: Labtime UFG

Desse modo, os governos federal, estadual e municipal são os responsáveis pelo pagamento dos produtos/alimentos adquiridos da agricultura familiar.

O agricultor recebe o pagamento por meio de depósito bancário pago pela entidade na qual ele se cadastrou e participou do processo de seleção. O prazo para receber o pagamento pode ser de até 45 dias após a entrega dos produtos/alimentos nas escolas.

8 – Passo a passo para venda no Programa de alimentação escolar – PNAE (agricultura familiar)

- Abertura da chamada pública – Edital;
- Ler o edital, tirar as dúvidas na escola, providenciar documentação, inclusive a DAP;
- Listar os produtos/alimentos que deseja vender e verificar as exigências sanitárias dos produtos;
- Observar os valores e as quantidades solicitadas pela escola;
- Elaborar com apoio da equipe da entidade ou unidade escolar o Projeto de Venda;
- Entregar os produtos conforme cronograma definido no edital em relação as quantidades e periodicidade.

Fonte: www.stellocittadinanzaitaliana.com



- Ao realizar a entrega dos alimentos/produtos, o representante pelo recebimento deve anotar a quantidade entregue, data, nome do agricultor, peso, produto/alimento;
- O agricultor deve preferencialmente ter suas anotações para fins de conferência;
- Há uma data definida para fechamento definida também no edital, todos os meses a entidade emite um documento com o valor, produto/alimento e peso para que o agricultor faça a emissão da nota fiscal na Coletoria Estadual (unidade local da secretaria estadual da fazenda – SEFAZ/TO), a nota fiscal é isenta de impostos.

9 – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta

O PAA pode ser executado pelos governos estaduais e municipais, no Tocantins o PAA é executado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural – RURALTINS e nas cidades de grande porte como Araguaína e Palmas são executados pelas Prefeituras Municipais, isso é possível devido a Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, abriu-se a possibilidade de execução do PAA mediante a celebração de Termo de Adesão, dispensada a celebração de convênio



Fonte: agroemdia.com.br

O PAA tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esta modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores, são: os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais,

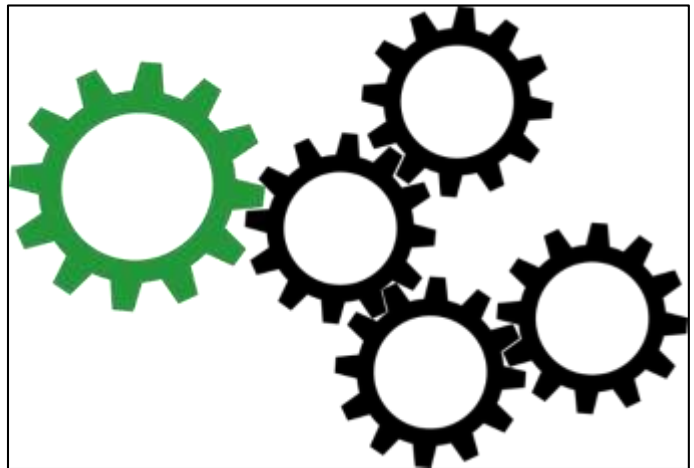
que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a Lei Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

Como funciona o programa?

As unidades locais do Ruraltins nos municípios com apoio das prefeituras municipais fazem ampla divulgação da abertura do edital de cadastramento de beneficiários fornecedores (agricultores familiares) e entidades beneficiárias. Nesse edital consta os valores e os produtos que podem ser adquiridos.

A segunda etapa é encaminhamento dos documentos das entidades cadastradas à sede do Ruraltins em Palmas.



Fonte: www.nicepng.com

Os cronogramas de aquisições dos alimentos geralmente são definidos em reunião entre agricultores, técnico do Ruraltins e representantes das entidades que definem um ou mais dias na semana para entrega dos alimentos que são recebidos nas estruturas públicas de recebimento de alimentos (Centrais de Recebimento e Distribuição).

No ato do recebimento o técnico designado pelo órgão executor (Ruraltins), atesta o recebimento de alimentos por meio de “Termo de Recebimento e Aceitabilidade” este será admitido como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos, em seguida ocorre a distribuição junto a entidades: creches, escolas, hospitais, entidades da rede socioassistencial: Restaurantes Populares; Bancos de Alimentos; Cozinhas Comunitárias, entre outros.

Quem compra e quem paga meus produtos/alimentos?

O pagamento aos fornecedores (agricultores familiares) é realizado diretamente pela União, por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil), o agricultor recebe um cartão



magnético do programa (PAA) para fins de recebimento dos pagamentos dos alimentos comercializados/entregues.

O limite financeiro por unidade familiar/ano é R\$ 6.500,00, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Fonte: blogterezakaram.wordpress.com

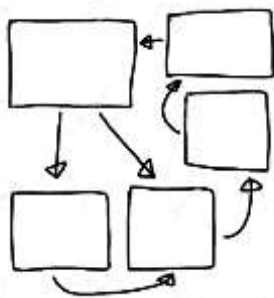
Quais os produtos que posso vender?

Produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar “in natura” ou processados. Dentre os produtos adquiridos pela modalidade estão: arroz, feijão, milho verde, polvilho, temperos, farinha de mandioca, puba, leite, castanha de caju, carnes, queijos, bolos, biscoitos e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA.



Fonte: centenariodosul.pr.gov.br

Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.



Como estar informado quando posso vender os produtos?

Buscar informações junto ao Ruraltins nas unidades locais ou nas delegacias regionais e ainda na sede em Palmas ((63) 3218-3101) ou (<https://www.to.gov.br/ruraltins>). No site estão disponíveis todos os contatos das unidades locais e delegacias regionais.

Fonte: es.123rf.com

O Ruraltins realiza no mínimo três pesquisas no mercado local e regional. Para produtos convencionais, orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais.

O comprador (Ruraltins) e o fornecedor (Agricultor familiar) assinam o contrato em que está definido os produtos, peso e valores que os agricultores familiares devem entregar durante a execução da proposta para a qual se cadastrou.

10 - Passo a passo para venda no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta

- Chamada Pública (Edital): Ficar atento à chamada pública em jornais, rádios, internet sites oficiais sobre os produtos, valores, cadastrado e recadastramento de entidades beneficiadas e fornecedores. No Tocantins o PAA é executado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural (Ruraltins), exceto em Araguaína e Palmas que é executado pelas Prefeituras Municipais;



Fonte: ultracoloringpages.com

- Cadastro apresentar CPF, DAP e informar os produtos/alimentos para venda/comercialização no PAA;
- Após o cadastro dos fornecedores/agricultores e entidades beneficiadas, esses assinam termo de compromisso, para realizar as aquisições é necessário assinar o termo de entrega pelo agricultor/fornecedor e o termo de doação pela entidade beneficiada com os produtos/alimentos;
- Na primeira venda/comercialização o agricultor entrega a documentação exigida para habilitação como fornecedores: CPF, RG, DAP, alvará sanitários para produtos processados;
- Tem prioridade de agricultores/fornecedores, nesta ordem, os projetos dos municípios, da região, do território rural;

11 - Quais são os benefícios do PRONAF?

Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.



Fonte: blog.agrosomar.com.br

São várias linhas de para melhorar o seu negócio. Você pode financiar máquinas, equipamentos e implementos agrícolas ou adquirir animais para cria, recria e engorda, entre outras atividades. Basta ir a uma agência do Banco do Brasil ou do Banco da Amazônia ou Banco do Nordeste e ver qual linha de financiamento se adequa melhor a você.

Quanto ao contrato de compra:

- Os contratos devem ser claros e precisos com as condições para a execução, ter os direitos, obrigações e responsabilidades do agricultor e de quem está comprando;
- Ter os produtos que deverão ser entregues;
- Ter das datas que deverão ser entregues os alimentos;
- Ter o local bem claro onde será entregue os alimentos;
- Como será o pagamento ao agricultor;
- O comprador e o agricultor assinam o contrato;

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. **Passo-a-passo para compra e venda da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.**

BRASIL. Banco da Amazônia. **PRONAF.** Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/produtos-servicos/empresa/agricultura-familiar/sobre-pronaf>. Acesso em: 06 Out 21.

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNAE e a Agricultura Familiar.** Disponível em: http://www.labtime.ufg.br/modulos/pnae/mod1_uni1_sl4.html. Acesso em: 09 Jul 21

BRASIL. **Resolução Nº 21, de 16 de Novembro de 2021.** Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Brasília, DF, 21 nov. 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/14225-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-21,-de-16-de-novembro-de-2021>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 jul 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 23 nov. 2021.

https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/imagens-1/declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-2013-dap/image_view_fullscreen

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/planejamento-na-agricultura-familiar-como-diminuir-riscos-de-producao,f4e0f087c7c0f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>

<https://kontaazul.com.br/como-consulta-o-seu-rg-pelo-cpf/>

http://www.labtime.ufg.br/modulos/pnae_backup/mod3_uni2_sl4.html

https://gartic.com.br/inexoravelmente_/desenho-livre/pensando

https://br.freepik.com/fotos-premium/misto-de-legumes-e-frutas-alimentos-saudaveis-comer-limpo-para-a-saude_6361365.htm

<https://www.stellecittadinanzaitaliana.com/etapas-passo-a-passo/>
<https://agroemdia.com.br/2021/08/20/medida-provisoria-apresentada-pelo-governo-acaba-com-o-paa-diz-contag/>

https://www.nicepng.com/ourpic/u2r5u2a9q8r5y3a9_desenho-engrenagem-png-gear-wheel-clipart/

https://blogterezakaram.wordpress.com/2012/09/22/a- vaidade-previsivelmente-humana/desenho-de-duas-pessoas-conversando-amigavelmente_03/

<https://www.centenariodosul.pr.gov.br/artigo/817/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos>
https://es.123rf.com/photo_61613643_desenho-manual-de-um-gr%C3%A1fico-de-formas-gr%C3%A1ficas-de-formas-geom%C3%A9tricas-para-o-conceito-de-informa%C3%A7%C3%A3o-de-entra.html

<https://www.ultracoloringpages.com/pt/p/passos-desenho-para-colorir/a1267c0847f3e661b612273d7a67cba3>

<https://blog.agrosomar.com.br/financiamento-do-pronaf/>

<https://www.ultracoloringpages.com/pt/p/alvo-desenho-para-colorir/b5db20a5faa84fd6468fdf515e9d1dd0>